

CADERNOS DO PONTO BRASILEIRO

4

**Alvaro
Vieira
Pinto**

POR QUE
OS RICOS NÃO FAZEM GREVE?

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Diretores:

ALVARO VIEIRA PINTO

ÊNIO SILVEIRA

Vol. 4

desenho de capa:

EUGÊNIO HIRSCH

Exemplar

Nº 16237

Direitos desta edição reservados à
EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.

Rua 7 de Setembro, 97

RIO DE JANEIRO

1 9 6 2

Impresso nos Estados Unidos do Brasil
Printed in the United States of Brazil

ALVARO VIEIRA PINTO

POR QUE OS RICOS NÃO FAZEM GREVE ?

Carlos E. Berro Biscolla

EDITORA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A.
RIO DE JANEIRO

Í N D I C E

Introdução	7
Que são os “ricos”?	15
Que é a greve?	32
Por que há “ricos”?	55
Por que há greves?	69
Por que não há greves de “ricos”?	89
Por que só os “pobres” fazem greves?	101

INTRODUÇÃO

DURANTE SÉCULOS, NUMEROSAS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS procuraram interpretar a realidade do homem, em busca daquilo que chamavam de “essência” dêsse ser, que o distinguia de todos os demais sêres. Embora compreendessem que se devia considerar o homem como um vivente incluído no reino animal, julgavam que, pela posse de uma essência própria sòmente dêle, distinguia-se das demais criaturas, representando por si um fenômeno à parte, um reino original, o da racionalidade, superior ao da simples animalidade. Conforme o conceito que elaboravam, relativo à essência do homem, divergiam as filosofias. Chamavam-na “razão”, “alma”, “espírito”, “eu”, “consciência”, enfim, concebiam, com nomes diversos, uma realidade específica, de ordem não material, possuída pelo homem, a qual lhe daria a particular situação que ocupa no mundo e os atributos que o diferenciam dos demais entes. Como quer que entendessem essa realidade distintiva do ser humano, uma condição lhe era unânimemente reconhecida: tratar-se-ia de algo distinto das realidades do mundo físico, de um nôvo tipo de ser, espiritual ou de origem divina, graças ao qual o homem se constituiria como animal racional, isto é, capaz de discernimento intelectual, conhecimento universal e vontade livre. Dêste modo o homem, embora sendo ente vivo, ligado ao

mundo material pelo corpo de que é dotado, na verdade pertenceria em essência não a êste, mas a um outro mundo, o do espírito, no qual se processam suas operações mais altas, o saber e a vontade, e onde, por livre arbítrio, teve o fio do seu destino imortal, pois sua existência não se confina no presente estado de indivíduo perecível, incluído no mundo dos fenômenos materiais.

Estas concepções, ainda quando divergentes entre si por detalhes, pela sistematização e pelas conclusões que tiram do princípio supremo indicado, têm tôdas de comum o traço especulativo, abstrato, ideal, e por isso se diz que êste tipo de concepções tem caráter metafísico. São produto de imaginação, e por aí já nos estão revelando que só podem resultar da especulação do pensador desligado da realidade objetiva ou que dela deseja fugir para se refugiar num mundo superior, ilusório, concebido como lugar das idéias puras. Em tôdas essas concepções a essência do homem é entendida como algo cuja posse o retira do mundo material onde vive e opera, ainda quando tenham de reconhecer que, passageiramente, cada um de nós está obrigado a transitar por êste vale de lágrimas e a nêle labutar. O defeito das ilusões metafísicas desta espécie consiste em ocultar aos nossos olhos um aspecto do tema absolutamente decisivo: o de que não se pode definir a essência do homem sem incluir nela o fato, *originário e distintivo*, de que o homem é um *ser social*. Se abandonarmos as atitudes especulativas, metafísicas, imaginativas, e enveredarmos por êste nôvo caminho à procura da essência do ser humano, não só descobriremos a verdade a seu respeito, como, além de refutar as ilusões idealistas, chegaremos a construir a teoria útil à realização dessa mesma essência humana, a qual, conforme iremos ver, não está dada de uma vez para sempre em

cada indivíduo pelo simples fato de nascer, mas tem de ser criada por êle ao longo da existência, dependendo, portanto, das condições materiais, sociais, em que decorrerá sua existência.

Ao dizermos que só se apreende a realidade do homem quando consideramos a sua natureza social, estamos afirmando uma proposição que muitos julgariam talvez trivial, ou mesmo inadequada, visto também conhecermos numerosas espécies animais cuja vida se passa em estado gregário, numa sociabilidade sem dúvida inferior à do homem mas não menos evidente. Desde os rebanhos de mamíferos, às aves migratórias e aos insetos construtores, sabe-se que há espécies animais que levam vida coletiva, onde não subsistem indivíduos isolados, manifestando, por isso, o traço social que apontamos como nota integrante da essência humana. Onde está, porém, a diferença que distingue as espécies gregárias do homem racional? Neste fato: a sociabilidade dos homens surgiu e foi se desenvolvendo em formas diversas ao longo do tempo, por efeito do modo particular como êsses seres se relacionaram com a natureza no provimento das condições indispensáveis à sustentação da sua vida, por efeito das necessidades impostas pela execução dessa relação vital com o mundo natural, numa palavra, como resultado do *trabalho*.

Tocamos aqui o ponto capital, que nos serve de origem para as reflexões que a seguir desdobraremos. A forma de relação estabelecida pelo homem com a natureza é única, específica, privativa desse animal, e por isso o distingue radicalmente de todos os demais, inclusive daqueles que levam existência grupal: tal forma consiste no trabalho. Todo ser vivo depende da natureza exterior para obter as substâncias de que se nutre, encontrar o espaço onde se move, as condições

de ambiente onde se aclima, se protege, e se reproduz. Por êste aspecto o homem não faz exceção. Mas, enquanto os demais sêres animais utilizam para se nutrir ou satisfazer suas outras necessidades aquilo que encontram ao seu alcance, o homem atua sôbre a natureza com o fim de *produzir* os elementos de que precisa para sustentar e desenvolver a existência. É exatamente esta *atuação* com o fim de *produzir* o que não está imediatamente dado, que configura a *essência do trabalho*. Por isso, só o homem é um ser vivo capaz de trabalhar. Os animais não têm essa capacidade. Dêste modo, compreende-se por que motivo o trabalho se encontra na origem da essência humana do homem.

Se tal é o fato distintivo, específico da natureza dêsse ser animal superior, daí decorre um aspecto conseqüente, no qual se vai espelhar a realização da sua essência: o trabalho que o homem, por necessidade, exerce sôbre o mundo exterior não pode ser praticado de modo isolado, individual, agindo cada trabalhador independentemente dos demais. Ao contrário, a condição para que seja realizado com êxito, se encontra na associação dos indivíduos para cumprir em operação conjunta a tarefa que devem levar a cabo para sustentar a vida. Assim sendo, o trabalho, para ser possível, impõe o surgimento de vínculos entre os homens, ou, noutras palavras, a produção dos bens, que é a sua finalidade, assume obrigatoriamente *caráter social*. No curso das operações produtivas os homens se encontram e são conduzidos a tecer um sistema de relação entre si, que constituem relações de tipo especial, as relações sociais. Fora do sistema de relações sociais o “homem” tem existência apenas abstrata, não passa de idéia geral; o que de fato existe é sempre o homem concreto, ou seja, aquêlê que se acha envolvido por determinado sistema de relações produtivas, cuja realidade não depende da

sua vontade, mas foi forjada ao longo do processo expansivo da capacidade produtiva comum da espécie humana, de melhor apropriação dos fatores naturais em seu proveito.

Eis porque são completamente idealistas e ingênuas as concepções da “essência do homem” que não se fundam sobre o reconhecimento do caráter social dê-se ser, como consequência da necessidade de utilizar sua força de trabalho em benefício da criação dos meios materiais de sobrevivência. As definições que omitem o aspecto que revela o homem como criador de si mesmo mediante o trabalho, a produção econômica dos recursos para sua manutenção em vida, são definições metafísicas, confusas, ideais; conduzem inevitavelmente a concepções da realidade humana não apenas falsas, mas perniciosas, pois, negando a vinculação essencial do homem ao trabalho produtivo, apresentam-no como desligado do trabalho. São, portanto, concepções favoráveis às teorias filosóficas, sociais e econômicas das classes exploradoras, às quais convém apresentar o homem como sendo naturalmente *objeto* do trabalho. Explica-se o caráter antagônico das duas principais concepções do homem pela diferença de ponto-de-vista em que se coloca o pensador. Para o representante da aristocracia intelectual, orgulhosa de sua posição de classe, presa aos interesses econômicos dos aproveitadores do trabalho do povo, é evidente não lhe ser útil qualquer definição que mencione o fato decisivo de *ser o homem o criador da sua própria existência mediante o trabalho*, porquanto êste modo de pensar levaria inevitavelmente a investigar as condições sociais objetivas em que é desempenhado o trabalho e, afinal, a descobrir a espoliação de que é vítima o trabalhador. Terminaria por mostrar que o capitalista procede como fator anti-humano, destruindo no trabalhador aquilo

que lhe dá a dignidade de pessoa: a condição de sujeito do próprio trabalho. Revelando-o não como sujeito, mas como objeto da exploração dos possuidores do dinheiro, dos meios de produção, deixa patente que a atividade do capitalista, como procedimento de classe, é desumana, destrói o que de propriamente humano existe no homem, ao reduzi-lo à condição de objeto de uma transação econômica, com preço e prazo.

É evidente, porém, que a concepção que o trabalhador faz de si tem de ser naturalmente outra. Por isso, os pensadores que assumem os interesses das massas operárias são levados a conceber a essência do homem como definida pelo conjunto de suas relações sociais, pela totalidade das influências objetivas a que está submetido, representadas por sua situação num contexto nacional, desenvolvido ou subdesenvolvido, numa classe, exploradora ou explorada, numa modalidade de trabalho, industrial ou agrícola, desempenhado com instrumentos modernos ou primitivos, etc. De acordo com este modo de entender, o ser do homem não é entendido em caráter abstrato, como “filho de Deus”, “pessoa inviolável”, “portador de uma alma imortal”, “criatura predestinada”, e outras tantas expressões ingênuas, mas concebido em caráter concreto, como produto de sua própria existência em tais ou quais condições materiais e sociais de trabalho. A superioridade deste segundo modo de pensar está em que somente graças a ele será possível ao homem subjugado a um trabalho penoso e explorado modificar sua situação miséria e aflição, e construir neste mundo uma sociedade justa e verdadeiramente humana.

A importância deste assunto é primordial; enganar-se-ia quem o julgasse mero tema de discussões filosóficas. Só pensará assim quem não souber que a filosofia, nos numerosos sistemas que tem imaginado, ex-

prime sempre os pontos-de-vista de quem representa determinada classe social. Por isso, o simples gesto de relegar ao plano das discussões acadêmicas a interpretação da essência do homem já constitui por si mesmo uma atitude ideológica, típica da mentalidade dos pensadores ligados aos grupos dominantes. Convém-lhes, é claro, reservar para o seleto círculo de personagens ociosos, sustentados pelos serviços intelectuais que prestam à classe dirigente, o direito de debater esta questão, considerada “técnica”, o que significa que se arrogam o direito, êles que representam os exploradores, de definir o conceito do homem. As massas, que formam a maioria dos homens reais, criadores da vida real, que no país subjugado e subdesenvolvido é a permanente tragédia da miséria, do embrutecimento e do atraso, não têm o direito de dizer a sua palavra, de enunciar o que julgam seja o “homem”. De fato, por longos séculos, só de maneira muito imperfeita encontraram quem lhes exprimisse o pensamento a respeito de si próprios. Nos tempos atuais é que surgiram as teorias que efetivamente representam o autêntico modo de pensar da massa, porque adotam a perspectiva dela sobre a realidade da natureza e da sociedade. E então, aquilo que os pensadores da classe dominante se compraziam em discutir até as extremas sutilezas, construindo sistemas de idéias complexos e difíceis, porém falsos e prejudiciais à consciência do povo, pôde ser denunciado pelos representantes intelectuais do próprio povo, agora desperto para a consciência de si e capaz de refutar os sofismas e embustes ideológicos dos filósofos e sociólogos direta ou indiretamente a sôlido do poder econômico.

A descoberta fundamental, que revolucionou o conceito do ser humano, foi a percepção do verdadeiro significado do trabalho, e conseqüentemente o das relações sociais dêle decorrentes, para a qualificação da essên-

cia do homem. Até então vigoravam ou as absurdas e humilhantes concepções teológicas, como a que sentenciava: “comerás o pão com o suor do teu rosto”, onde se reflete o conceito do trabalho como castigo divino, como condenação infligida ao homem pelo suposto “pecado original”; ou as concepções sociológicas dos criadores das teorias capitalistas e imperialistas, segundo as quais a divisão da humanidade em trabalhadores explorados e aproveitadores afortunados e ociosos representa um fato material, resultante de leis imutáveis do desenvolvimento da humanidade. Foi preciso que a própria classe trabalhadora encontrasse os intérpretes dos seus legítimos interesses, para que estas aviltantes e perversas concepções fôsem denunciadas e substituídas pela verdadeira teoria da realidade humana. Só êste merece ser chamado de “humanismo”, êste conceito tão importante mas ao mesmo tempo tão propositadamente confundido pelos ideólogos das classes dominantes.

O propósito fundamental dos pensadores que intencionalmente desejam mistificar a consciência das massas mediante teorias errôneas, interesseiras e desviadoras, está em impedi-las de compreender a atual divisão da sociedade capitalista em “ricos” e “pobres”, e de descobrir porque se instalou e ainda vigora tal diferença social. Na raiz de tôdas as teorias enganadoras encontra-se o desejo de ocultar ao povo em geral a origem e a causa da situação privilegiada de que goza essa minúscula minoria que compõe os denominados “ricos”. Para o povo, porém, o que importa acima de tudo é saber quem são os ricos e por que se tornaram ricos.

QUE SÃO OS “RICOS”?

NAS FORMAS MAIS PRIMITIVAS DE EXPLORAÇÃO DA natureza, sendo extremamente rudimentares os instrumentos produtivos, a sociedade assumia a modalidade de organização comunitária, não havendo propriedade individual desses meios de produção. O que se produzia era imediatamente consumido por todos os membros da comunidade em igualdade de condições. A falta de excedentes, por força da precariedade dos recursos com que trabalhar a terra ou caçar os animais, impunha a equidade da situação econômica de todos os homens, não havendo evidentemente sobras que pudessem permanecer na posse de alguns indivíduos mais fortes ou mais espertos, para impor aos outros o seu domínio. Esta situação, que foi a da humanidade primitiva durante milênios, modifica-se com a melhoria dos instrumentos da produção, determinando a passagem a novas formações sociais, nas quais começa a se tornar possível a acumulação de excedentes e a propriedade privada desses bens. É claro que quando isso começa a acontecer a sociedade se divide, perde a homogeneidade inicial, e surgem a figura dos aproveitadores da riqueza coletiva e a dos que aos poucos vão caindo no estado de penúria e servidão.

Não cabe aqui descrever o processo histórico que, ao longo de sucessivas formações sociais, conduziu a

sociedade ocidental, européia e americana, até as formas atuais do capitalismo e do imperialismo. Por mais que se complicassem os procedimentos e se intrincassem em infinitos acontecimentos, o processo que em todos os tempos conduziu ao aparecimento dos “ricos” permaneceu o mesmo em sua essência. Só há ricos porque existem condições sociais que permitem a espoliação do trabalho coletivo efetuado por todo o povo, representado pela acumulação e apropriação dos benefícios desse trabalho nas mãos de alguns afortunados. Se estes eram de início os chefes de tribos, depois os senhores de escravos, os barões feudais, e agora são os industriais, comerciantes e banqueiros, isto em nada altera a essência do processo que determina o aparecimento da “riqueza”, entendida como vultosa propriedade pessoal de bens, em dinheiro, terras, máquinas ou objetos de luxo e conforto. Em todos os casos a “riqueza” decorre da exploração do trabalho das grandes massas, que se vêem despossuídas da maior parte dos bens sociais que produzem, relegadas ao plano da miséria, quer mantidas como escravas, na modalidade da antiga escravatura, quer como assalariadas, na modalidade atual. O povo, a imensa maioria da população permanece em estado de pobreza porque, embora seja o possuidor da força de trabalho que cria a riqueza não é possuidor dos resultados do seu trabalho. De tal maneira, nos regimes sociais onde não há efetiva propriedade social dos meios de produção, onde o povo em totalidade não é senhor dos instrumentos de trabalho, instala-se necessariamente o desnível social, a riqueza cada vez mais excessiva de alguns ao lado da pobreza, também cada vez maior, da imensa maioria do povo.

Mesmo esboçadas nestas linhas simplíssimas, as reflexões anteriores permitem compreender vários aspec-

tos da realidade social de nosso País, que a seguir enumeramos:

a) os “ricos” são poucos. Esta consideração, aparentemente trivial e óbvia, adquire grande importância quando a aprofundamos na perspectiva da análise sociológica. Necessariamente têm de ser poucos, pois são aqueles que, por variados meios, se apropriam da riqueza geral. Mas, não só são poucos, como, no processo evolutivo do capitalismo, tendem a ser cada vez “mais poucos”, no sentido em que tal processo acarreta o aumento do número daqueles que empobrecem em proporção maior do que a daqueles que ingressam na categoria dos “ricos”.

b) se os ricos são poucos, a questão que logo se apresenta é saber por que estes poucos conseguem se manter como endinheirados exploradores das massas trabalhadoras infinitamente mais numerosas. Então o povo não percebe que é pobre, e ao mesmo tempo não compreende que representa a quase totalidade da população do país atrasado? Como então aceita continuar neste estado de coisas que o prejudica? Por que não se reúne e com um simples e fácil gesto expulsa o insignificante grupo de aproveitadores do trabalho? A resposta a estas questões conduz-nos a indagar dos mecanismos de que os ricos lançam mão para manter sob domínio as massas empobrecidas. Se analisarmos em profundidade o assunto chegaremos a entender que, ao contrário do que pareceria à primeira vista, não é fácil aquele gesto que se poderia supor estar sempre ao alcance do povo praticar. É que o mecanismo da exploração, que gera e sustenta a classe dos “ricos”, não se deixa vencer facilmente, mesmo quando as massas chegam a ter perfeita consciência dele.

c) e por que isso acontece? Porque a posse da riqueza por uma classe social, embora diminuta, se

acompanha de todo um sistema de dominação, material e ideológico, sobre as populações exploradas, que torna não apenas extremamente difícil a ruptura material dos grilhões que as acorrentam, como ao mesmo tempo atua no sentido de impedi-las de compreender a existência, a natureza e as causas desses grilhões. A submissão do povo podia, até bem pouco, ser conseguida com a quase completa passividade dele, diríamos mesmo com a sua indiferença ou até complacência. Isto porque entre os mecanismos de dominação figuram em primeiro lugar, pela importância dos resultados, a repressão a qualquer surto de consciência das massas, que acaso venha a lhes revelar a realidade de sua situação. A posse da riqueza econômica assegura à classe, assim tornada dominante, a aliança com os criadores das influências ideológicas, — sacerdotes, legisladores, magistrados, deputados, professores, jornalistas, artistas, intelectuais em geral, — e os faz se colocarem naturalmente a serviço do senhor de escravos, do latifundiário feudal ou do industrial capitalista. Tais influências, — as crenças, a política, as artes, as ciências sociais comprometidas com os senhores e com o imperialismo, — desempenham formidável efeito paralisador sobre a consciência das massas, impossibilitando-as de adquirir a visão correta da sua mesma realidade. A divisão da sociedade em “ricos” e “pobres” se acompanha de outra, a divisão entre elites intelectuais cultas e plebe ignorante.

d) o artifício primordial e o mais eficaz para conservar o domínio dos “ricos” está em conservar paralelamente a divisão entre minorias cultas e massas incultas. Trata-se de fazer crer às massas que não dispõem de condições para se pensarem a si próprias, conhecerem as causas do seu estado, porque são incultas e analfabetas. Este é o sortilégio fatal que a elite alienada procura lançar sobre o povo, pois enquanto tiver

efeito estará assegurada não só a superioridade da “cultura” de tais elites, como a preponderância da classe rica a que servem. Este fascínio, porém, só dá resultado enquanto as massas se encontram em fase de extrema pobreza, jungidas a um trabalho primitivo, penoso e sem perspectivas, porquanto é em tais condições que lhe faltam suportes objetivos para o surgimento de sua consciência de si, sendo então prêsa fácil dos sedutores que as procuram consolar com enganosas promessas de “felicidade eterna na vida futura” ou, na versão mais moderna, com a “participação nos lucros da empresa”. Enquanto o trabalho do país pobre fôr feito por massas ignorantes, em virtude dessas mesmas condições de trabalho, o papel dos instrumentos de dominação ideológica torna-se decisivo. Os “ricos” não enganam diretamente os “pobres”; pagam aos sacerdotes e aos intelectuais para fazerem êsse serviço.

e) mas não é só o transvio da consciência que explica a passividade das multidões humilhadas e sua submissão a um simples punhado de arrogantes e insensíveis exploradores. Êsse meio por si só não bastaria, pois com a própria intensificação da exploração do trabalho, exigindo melhores recursos técnicos e conhecimentos sobre a realidade, iria se desenvolvendo a consciência do “pobre”, e em breve chegaria ao ponto de compreender a sua situação. Torna-se imprescindível igualmente o emprêgo da força material para conter a massa na obediência, no silêncio, na exploração. Aí então os ricos assumem diretamente o comando do mecanismo do domínio social. Desde as antigas hostes mercenárias até às modernas organizações policiais e às Forças Armadas dos países imperialistas, os ricos sempre dispuseram de suficiente poder material para reprimir qualquer insubordinação que acaso as massas camponesas ou urbanas manifestassem. Nesta linha de

ação o sacerdócio e a “inteligência” desempenham apenas função colateral, de simples apoio ideológico, descobrindo e divulgando motivos que justifiquem como razoável a conduta brutal dos poderosos contra os indefensos. Mas o comando direto fica, neste caso, retido pelos grandes senhores de escravos, de feudos ou de fábricas. Claro está que se faz necessário arregimentar a força material em organizações bélicas, polícias, exércitos, marinhas, aviação etc. Estas organizações nos países dominadores de outras nações, são diretamente dirigidas pelo poder econômico, apenas com a tênue interposição do Estado, simples disfarce político dêsse mesmo poder econômico.

f) dispondo de tão formidável recurso de compressão social pela força, os “ricos” acreditam que lhes está definitivamente assegurado o “status” de que desfrutam, e que seu domínio sobre as massas pobres, embora pontilhado de incidentes, é sólido e indestrutível. Nem mesmo a experiência das nações que sacudiram o jugo capitalista lhes serve de exemplo, exibindo um tipo de sociedade onde a distinção entre ricos e pobres deixou de existir. Não se emendam com essa verificação, nem afrouxam as tenazes da exploração, porque seus interesses são mais fortes que sua inteligência, e porque a convivência espúria com os intelectuais, que os adulam e parasitam, os faz sucumbir aos feitiços que preparam para os pobres, acabando por acreditar na perenidade do seu domínio. Êste solerte argumento, confeccionado para anestesiar a consciência das massas, acaba por paralisar a dos próprios dominadores, levando-os a crer sinceramente na segurança e validade do que chamam os “seus direitos”.

g) dêste modo, a qualquer indício de agitação popular, de reclamação das grandes massas trabalhadoras, camponesas ou urbanas, revidam pondo em ação o

poderoso mecanismo compressor que possuem: de um lado, o desarmamento ideológico da consciência popular nascente, pela ação do púlpito iludidor, da imprensa venal, do magistério alienado, das cúpulas sindicais corrompidas etc.; de outro lado, pelo esmagamento material, físico, das tentativas de rebelião, pelo aprisionamento, violências corporais e assassinio.

h) os “ricos” não se julgam ricos. Por dois motivos: primeiro, porque nunca lhes parece que a fortuna que possuem seja suficiente; e segundo, porque só reconhecem como “ricos” os outros mais ricos do que eles. Dêste modo, o “rico” transfere sempre para um outro “rico” — aquêlê único que reconhece como tal — os problemas morais e sociais que o privilégio da riqueza efetiva cria para êle. Assim, do ponto-de-vista do “rico”, nunca êsses problemas são dêle.

Explica-se desta maneira por que os ricos podem ser poucos e contudo submeter ao seu talante imensas populações, que se deixam explorar por êles. A causa principal dêste estado é a falta de clara consciência da exploração, ou a crença em motivos julgados respeitáveis pelo próprio explorado, para aceitá-la. Êste aspecto do problema tem valor capital: a consciência de ser vítima da exploração econômica de uma classe social dominante só começa a surgir e a clarificar-se quando o trabalho das massas alcança certo grau de desenvolvimento, dentro da respectiva formação histórico-social. Na etapa de total empobrecimento e servilismo, o trabalhador acha-se de tal modo ocupado na faina primitiva e permanente que executa para manter-se vivo, que se encontra como que “colado” ao trabalho manual extenuante e explorado. Em tal estado o trabalhador é praticamente um animal irracional, o “burro de carga” de que fala a linguagem popular. Mostra-se incapaz do mínimo de abstração exigido para se ver a si próprio

como ser humano destacado da natureza em que se acha incluído pelo trabalho que realiza. Não chega a se pensar a si mesmo, a refletir sobre a sua situação, mas se o fizesse, concluiria que sua realidade pessoal se acha envolvida pela realidade material onde se encontra, inseparavelmente ligada a esta pelas relações físicas e sociais que o acorrentam à existência que leva. Toma essa existência como fato natural, e mesmo quando o espírito reaja às insuportáveis condições de vida, tal reação é meramente sensitiva, como a de uma montaria chicoteada, no máximo desperta subjetivamente estados de indignação e revolta de caráter apenas emocional. De todo modo, é incapaz em tal estado de refletir sobre si, o que, se acontecesse, daria início ao processo de descoberta das causas objetivas do seu sofrimento.

Ocorre que também nessa etapa rudimentar da consciência das massas contribuem para entorpecê-las e confundi-las as pregações de teólogos, filósofos e sociólogos que engendram toda espécie de doutrinas, logo divulgadas em chavões ao alcance da compreensão popular, nos quais se declara ser a divisão da sociedade em “ricos” e “pobres” um fato natural, permanente, irremovível. Uns a explicarão por efeito da vontade divina, que impôs ao homem a desigualdade social, o trabalho fatigante, a dor e a morte; dirão, como sùmula dessa enganosa e interesseira doutrina, que: “Sempre houve ricos e pobres, e sempre haverá”. Ao divulgar esta fórmula ignominiosa prestam o melhor serviço à classe exploradora, pois dissipam na consciência dos trabalhadores a crença na possibilidade de um futuro radioso, livre de exploração e de miséria. Compelem as massas a concluir que de nada valem os seus esforços, suas lutas para sacudir o peso dos opressores, pois no máximo conseguiriam trocá-los por outros, uma vez

que “ricos sempre haverá”. Mas não são apenas os teólogos ou os filósofos os autores dêste insidioso malefício. Na época moderna, desde a criação das ciências naturais, numerosas teorias foram expostas, por sábios a serviço dos grupos dominantes, que em linguagem erudita, às vêzes extremamente complexa, valendo-se das ciências econômicas, das estatísticas, da demografia, e de diversos ramos da sociologia, procuram chegar ao mesmo resultado: a santificação da ordem capitalista atual, declarada eterna em essência e em validade, embora variável nas formas em que se desenrola no tempo. Ora, o que é defendido como eterno nessa ordem é precisamente a divisão da sociedade entre ricos e despossuídos. Pouco importa que para justificar tal situação se invoquem complicadas teorias sôbre a função progressista do capital, o crescimento “explosivo” da população, as vantagens da concentração da riqueza, tudo isto acompanhado de hipócritas argumentos que “demonstram” não ser nociva às massas a ordem atual.

O resultado prático de tôdas estas maquinações teóricas, é o desnorteamento da consciência popular que, mal se vê despertada pela qualidade do trabalho um pouco mais qualificado que começa a executar, é logo raptada por essa legião de sedutores, que se esforça por esmagá-la ou transviá-la. O fim visado não varia: trata-se de obter a cooperação dos explorados para a continuação da exploração. Até que ponto mostra-se viável êste intento, até quando conseguirão êxito os domesticadores da consciência do povo, são questões que, na prática, dependem largamente da ocasionalidade dos acontecimentos e conflitos sociais, mas em teoria, podem ser respondidas pelo conhecimento das leis que regem o curso da história.

A exploração do trabalho constitui a origem do lucro que se acumula como riqueza nas mãos dos capitalistas. Ora, é uma lei não apenas psicológica, mas econômica, objetiva, que o capitalista procura tornar cada vez maior o lucro que obtém pelo uso dos instrumentos produtivos de que é possuidor. Para isso, faz-se necessário em primeiro lugar intensificar ao máximo a exploração do trabalhador, para dêle retirar o máximo rendimento. Mas é preciso também desenvolver qualitativamente as forças produtivas, ou seja, fazer o trabalho mudar de qualidade, passando dos níveis inferiores para formas mais elevadas, mais rendosas. O abandono da manufatura e o progresso na produção industrial, e, já nesta fase, a passagem da etapa da mecanização atrasada para outra de utilização de maquinarias cada vez mais complicadas, constitui imposição da natureza do desenvolvimento econômico capitalista. A melhoria do maquinismo tem de ser acompanhada de paralela alteração qualitativa do trabalhador, que não pode mais ser o rústico manejador da enxada, da carroça de tração animal, ou das máquinas grosseiras do comêço da era industrial, para se tornar o especialista dotado de completo discernimento sôbre as operações que efetua. Tal mudança nas condições de trabalho reflete-se na consciência do operário em forma de mudança qualitativa na sua percepção do mundo e de si mesmo. Não só é obrigado, para dar maior rendimento ao patrão, a ser mais instruído, alfabetizado, conhecedor de certos fatos do processo material que pratica, como tem de juntar-se a outros companheiros para o desempenho das operações do trabalho, e isto lhe oferece novas relações sociais, sôbre as quais igualmente tem de meditar, relações que associam grupos de trabalhadores cada vez mais extensos. O surgimento de nova consciência nas massas operárias, e de uma consciência que rápida-

mente chegaria a decifrar o mistério da sua pobreza, não tardaria, seria impetuoso e irresistível, pondo término à atual ordem de coisas, se não intervissem, como dissemos, nessa etapa os procedimentos desviadores e entorpecedores, que atuam no sentido de obscurecer e transviar a consciência nascente.

A idéia de que a produção dos bens de que a sociedade necessita terá de ser feita sempre nos moldes capitalistas, ou seja, que a divisão entre capital e trabalho é justa e definitiva, não exerce ação paralisante apenas sobre a consciência do operário, mas igualmente sobre a do capitalista. Dá-lhe a ótica social através da qual vê toda a realidade e sua própria situação existencial. A posse do capital, da riqueza, é por ele interpretada como especial e superior modo de ser humano, distinto daquele que define a parte restante da humanidade. À força de pagar aos seus juristas para incutirem nas massas a idéia dos “seus direitos”, acaba por acreditar nêles, e se torna assim vítima do engano que agenciou para os outros. O direito à riqueza que os pensadores áulicos proclamam, passa a ser entendido como o direito da riqueza. E, então, não se julga tão-somente um premiado pela sorte no páreo em que todos os homens supostamente figuram em pé de igualdade na conquista da fortuna, mas um predestinado por já havê-la conseguido. Sendo rico, cabem-lhe agora destacado papel e graves responsabilidades no conjunto da sociedade. Em primeiro lugar, honra-se de o ser. Ou porque pessoalmente tivesse amontoado a riqueza que possui ou porque a tivesse herdado de antepassados, a legitimidade da sua posição excepcional lhe parece indiscutível. Justifica-a como fruto do trabalho, seu ou dos avós, com o que mais se engrandece, pois associa o valor moral ao financeiro que possui. Não acredita na pura sorte, no máximo considera-a uma fa-

vorável oportunidade que soube aproveitar à custa do trabalho, o que demonstra não apenas tenacidade, honradez, justiça, mas ainda inteligência e capacidade criadora. A consciência do rico é cercada por um cordão de isolamento por ela mesma disposto para racionalizar a sua existência e atividade. Não lhe basta valer socialmente como pessoa, em virtude do poder econômico que detém; quer valer também moralmente, para apaziguar quaisquer eventuais escrúpulos motivados pelos atos que pratica nas suas relações com os assalariados, e também para refutar as críticas que recebe dos porta-vozes da consciência oposta. Sabe que existem pensadores que interpretam a realidade de um ponto-de-vista diferente do seu, que exprimem o modo de ver das massas trabalhadoras, mas não se inquieta particularmente com o conteúdo teórico das afirmações destes opositores; mais lhe interessa aparecer como pessoa moralmente limpa. Explica-se este procedimento porque realmente só lhe interessa justificar-se perante os membros da classe média ou diante dos seus convivas da classe endinheirada, para os quais a suprema ignomínia não está no enriquecimento enquanto tal, mas na ilicitude dos meios empregados para enriquecer. Por isso corteja com avidez os que lhes possam elogiar os dotes morais, a nobreza de caráter, a honestidade nos negócios, a fidelidade à palavra dada, e até mesmo a liberdade e munificência em atender às necessidades das classes sofredoras, criando fundações, hospitais, orfanatos, colégios, e tôdas as demais obras pias, formas de exercício de caridade para com os "pobres".

É impossível compreender a visão do mundo peculiar ao rico sem adiantar que o seu traço mais característico é a exigência de valor moral. Supõe — e disso muito se orgulha — que subordina tudo em sua vida, os negócios e transações, antes de mais nada as

exigências morais, a maior das quais é a honestidade. Não percebe que procede exatamente às avessas, pois só considera como “moral” o conjunto de valores que dão cobertura às operações econômicas que pratica e às relações sociais que o beneficiam. Assim, por exemplo, o que chama de “honestidade” é simplesmente a tradução em idioma ético do conceito financeiro de “crédito bancário”.

Não basta porém aos ricos justificar moral e economicamente a riqueza que possuem, é necessário igualmente explicar a “pobreza” das massas. Excetuando a verdadeira explicação, qualquer outra que os sociólogos, filósofos, teólogos e economistas lhes ofereçam é acolhida com entusiasmo. Desde as de natureza psicológica, apelando para a preguiça da massa, de natural indolência em “trabalhar duro” para “se fazer alguém”, até as que recorrem a supostos fatores naturais como “raça”, “clima”, passando pelas que invocam a “ignorância natural” ou o “castigo divino”, tôdas as teorias alienadoras são bem recebidas, pois o único fito de tais lucubrações resume-se em tranquilizar a consciência moral das classes abastadas. Se a pobreza é tão “natural” quanto a riqueza, então podem dormir em paz consigo mesmos, pois não há crime a lhes ser imputado, a exploração do trabalho dos assalariados, de que falam certos agitadores, não passa de maliciosa invenção, destinada a perturbar a ordem pública em proveito de pequeno grupo de ambiciosos e invejosos desajustados. O rico não vê no pobre um adversário, não o considera membro de uma classe antagônica da sua, porque isso seria supor que admitisse a teoria que exatamente repudia; apenas vê nêle o representante do caso geral da grande maioria da humanidade, que vive a natural condição de mediocridade financeira, muito justificável porque nem todos são capazes da façanha

que êle próprio conseguiu realizar. A não ser nos casos de extrema miserabilidade, dos quais sinceramente se condói, — e por isso procura remediar, — a exigüidade dos recursos econômicos da imensa massa humana parece-lhe fato natural, admite ser a condição “de todos”, condição que seria a dêle mesmo se não se tivesse destacado do vulgo pelo esforço honesto ou pela inteligência mais viva aplicada em descobrir rendosas transações. Seu ideal social não pode ser, é claro, a igualdade da fortuna para todos os membros da sociedade, o que julga romântica utopia ou malévola propaganda. Contudo, não escarnece públicamente da pobreza, nem deseja conservá-la nas formas odiosas em que agora se apresenta. Sabe que a sociedade está mal organizada, que há excessos de riqueza, (embora êsse nunca seja o seu caso pessoal) ao lado de monstruosas manifestações de pauperismo. Concorde em que é preciso pôr um paradeiro a êste estado de coisas. Por isso ninguém mais do que êle admite, acata, e até encomenda, projetos de reforma social aos seus subservientes filósofos, sociólogos e economistas. Neste momento, por exemplo, está convencido de que se fazem necessárias no Brasil reformas não apenas de superfície, mas “de base”, “radicais”, pois do contrário as inquietações sociais chegarão ao ponto explosivo. Movido por generosos impulsos quer remediar a tão graves situações, e se declara o primeiro a aceitar modificações substanciais na ordem vigente, a fim de “tornar os ricos menos ricos e os pobres menos pobres”, ou, noutra variedade do mesmo chavão, de “dar mais aos que têm pouco tirando um pouco dos que têm muito”. Os estribilhos desta espécie são inúmeros e servem de fecho de ouro para os arroubos retóricos dos tribunos primários em campanha eleitoral. Os ricos são os primeiros a concordar com essas “ousadas” proposições, e a se declararem fa-

voráveis a reformas de “base” que obviem os atuais desníveis econômicos não apenas entre classes sociais mas igualmente entre regiões do mesmo país. Os políticos representativos da classe dominante, ainda os mais reconhecidamente reacionários, são hoje concordes em que se fazem imprescindíveis algumas medidas que atenuem as disparidades sociais.

Mas a êste respeito duas tendências ideológicas se vão manifestar, entrelaçando-se às vêzes, ambas características da mentalidade da classe dominante, exprimindo na palavra dos seus oráculos intelectuais e representantes parlamentares ou governamentais os mesmos preconceitos de classe, ou seja os mesmos interesses de continuação do domínio dos grupos financeiros: a primeira, a que deseja as reformas de base desde que evidentemente não comprometam a atual estrutura social, reformas visando apenas a conciliar o capital com o trabalho; a segunda, a que confia na caridade como único procedimento social adequado, sério, útil e eficaz para resolver a penosa situação das classes trabalhadoras ou das massas lançadas no marginalismo da afrontosa miséria, e acredita que a esmola constitui valioso, nobre e indispensável recurso para resolver o que chama de “questão social”.

O recurso à caridade “cristã” representa poderoso processo de que os “ricos” se valem para apaziguar a sua consciência de exploradores, bem como traz-lhes a vantagem de anestesiar a compreensão dos “pobres” sobre a realidade em que vivem. Nada é mais hipócrita, anti-social, anti-humano do que a caridade, tal como a entendem e praticam os endinheirados. Supõem que se trata de uma “virtude evangélica”, quando na verdade consiste em afrontosa injúria à condição das massas espoliadas. Só tem efeito porque êsse gesto desumano é organizado e abençoado por instituições

religiosas que se tornam cúmplices da exploração dos trabalhadores, ao exortar os ricos a praticarem a “boa ação” de dar insignificantes quantias aos miseráveis que os assediam. A esmola, sob qualquer forma, — de chás de beneficência, heranças a educandários e instituições pias, manutenção de hospitais e creches, Bancos da Providência etc., — é sempre um gesto anti-social, que deve ser repudiado pela consciência das classes trabalhadoras pelo que tem de insultuoso, pois significa não admitir que as massas por si só possam resolver os seus problemas, e pelo que representa de mistificação e engodo, pois supõe que o povo seja capaz de se deixar iludir e compactuar com o estado de espoliação a que se acha submetido. Nada adiantará às classes dominantes terem a seu serviço o aparelho do Estado, a imprensa, o poder econômico, o capital sob tôdas as espécies, a Universidade, o púlpito e tôdos os que se aninham na situação vigente; tudo isso de nada lhes valerá se a fôrça que os sustenta está habitada por uma íntima contradição, que não se acha ao alcance delas resolver a seu favor: a contradição entre a riqueza dos poderosos, como resultado da apropriação do trabalho não pago aos trabalhadores, e a pobreza das massas, agora tornada um dos elementos componentes de sua consciência de si.

A inevitável derrocada da camada de ricos industriais, banqueiros e latifundiários cumprir-se-á como consequência do surgimento dessa consciência que não está em poder dos magnatas impedir que se constitua, mas ao contrário que êles de certo modo — contraditoriamente — estimulam, quando impõem maior rigor na exploração do povo. Falta-lhes, é claro, a compreensão dêste fato. Julgam que os recursos opressivos, ideológicos ou policiais, são suficientes para se contraporem ao surto de pensamento entre as massas e esmagar as

agitações que sobrevenham. Não percebem, por falta de visão teórica adequada, que toda violência feita à consciência nascente converte-se em novo ensinamento, que esta recolhe, com o qual se enriquece, e que a faz progredir em vez de esmagá-la ou emudecê-la. Ao sofrer a dureza da repressão material, desde as limitações à liberdade de expressão, até às prisões e mesmo o assassinato, a consciência do povo sente-se levada a indagar da causa destes acontecimentos e chega a descobri-los, com facilidade, a origem no desejo das classes economicamente dominantes de manter os privilégios sociais. A violência dos poderosos constitui a grande escola dos oprimidos, porque ensina às massas trabalhadoras a refletir sobre o significado, a essência e as condições do trabalho que executam. Deste modo, passamos naturalmente ao tema da greve, por uma transição lógica de reflexões. Da noção dos “ricos” como classe aproveitadora do trabalho nacional, fomos conduzidos a verificar os procedimentos de que tal classe se vale para manter sua situação; ao descobrir que a violência sobre o povo é inseparável do exercício do poder pela classe dominante, compreendemos que essa violência só tem um objetivo, fazer os trabalhadores trabalharem para que os patrões desfrutem de vida melhor que a que levam. Mas, ao mesmo tempo verificamos que a violência abre uma escola de consciência, e suscita a reflexão sobre a natureza do trabalho, os direitos do operariado, entre estes, a possibilidade de resistir às injustiças, espoliações e maus tratos de que é vítima. Sociologicamente, uma das manifestações mais importantes dessa resistência, e, portanto, uma das expressões mais sensíveis da luta social entre os assalariados e seus empregadores é aquela representada pela greve. A esse fenômeno social, pois, dedicaremos as reflexões que se seguem.

QUE É A GREVE?

AO APRECIAR O FATO DA VOLUNTÁRIA CESSAÇÃO DO trabalho por parte dos trabalhadores, temos de distinguir entre o que constitui apenas a aparência ou aspecto externo de tal fato, e o que pertence à sua essência. Na ocorrência visível, a greve se define como a decisão coletiva, total ou parcial, de uma categoria profissional, ou, em casos mais raros, de todos os assalariados, de abandonar o trabalho por determinado motivo de caráter econômico ou político. Mais freqüentemente é a necessidade de reagir aos insuficientes níveis de salários que leva o operariado a decretar a greve de certo ramo da indústria, do comércio ou dos serviços. Mas, ao lado dessa causa, deflagram-se às vezes greves por motivos que não aparecem imediatamente como sendo de caráter econômico, e sim revelam uma intenção política, por exemplo, protestos contra prisões de trabalhadores, oposição às tentativas de grupos militares de dar "golpes" reacionários, violando a Constituição e as leis, ou, ainda, como recurso para forçar os órgãos legislativos a tomarem decisões favoráveis aos interesses populares. O processo de origem de deflagração do movimento grevista é variável, depende na maioria das vezes do grau de organização sindical da respectiva categoria de trabalho, da atividade dos elementos mais conscientes, da comoção psicológica sofrida pela massa trabalhadora

dianete de um acontecimento nacional de extrema gravidade, etc.

Nosso intuito neste trabalho não consiste em analisar as condições e os modos como se manifesta o surto grevista, muito menos em abordar temas de direito constitucional ou trabalhista. Interessa-nos apreender a essência do fenômeno de greve enquanto acontecimento social objetivo, pois a partir dela é que estaremos em condições de julgar os fatos concretos nos quais se manifesta. Não nos perderemos no exame de estatísticas, na história dos movimentos grevistas, tema da mais alta importância, inteiramente quase intocado até o presente entre nós, e imprescindível contudo para traçarmos o panorama da nossa evolução social, sobretudo nas fases recentes do desenvolvimento nacional. Por muito que valorizemos este assunto, não é dele que nos iremos ocupar. Tentaremos encontrar a *essência* da greve, mediante uma reflexão teórica, que só pode ter por fundamento a compreensão da essência do trabalho, fundada na observação das modalidades como é praticado no país subdesenvolvido, submetido ao imperialismo, lutando por alcançar fases mais adiantadas do desdobramento de suas forças produtivas.

A teoria do trabalho no regime vigente oferece a única base justificada para intentarmos a descoberta da essência da greve. No país capitalista marginal, subdesenvolvido, semicolonial, as contradições inerentes à sociedade capitalista enquanto tal acham-se complicadas pela interveniência de outras contradições, as que decorrem da subserviência geral do país a outro, mais desenvolvido, que detém praticamente o comando integral da economia do mais pobre. Surge, assim, um quadro social e político de redobrada complexidade. A avaliação do significado e do peso de uma dada contradição passa a ser objeto de controvérsia, não existe acôr-

do geral, nem é fácil consegui-lo, sôbre o grau de desenvolvimento das forças produtivas internas do país e suas possibilidades de prosseguimento autônomo. A presença do capital estrangeiro e a vassalagem política em que se coloca o país recebedor em face do ofertante, cria uma contradição geral, envolvente de tôda realidade do país e dá origem à questão de saber se essa contradição, por sua amplitude e profundidade, assume o papel de principal no jôgo das contradições internas; ou se deveremos considerar como principal a contradição de classes, própria da estrutura vigente, a oposição entre capital e força de trabalho, convindo, em tal caso, focalizar a contradição imperialista pelo ângulo desta segunda, considerada principal.

Parece-nos que o único perigo na escolha de uma dentre estas duas posições não consiste em entender a outra como secundária, mas em eliminá-la do campo de cogitações. Porque êste sim, seria o procedimento antidualético, que ignoraria a mútua dependência de *tôdas* as contradições existentes em dada sociedade. Outro êrro dogmático seria julgar imobilizadas as relações entre as diversas contradições. O que se deve admitir, ao contrário, é a existência de complexa dinâmica entre elas, que as faz não apenas se intercondicionarem, mas variarem de posição e de significado ao longo do tempo em que se desenrola o conjunto do processo nacional. Se considerarmos o caso de um país em rápido crescimento, como o Brasil, esta complexidade se agrava e nos leva a afirmar que não pode haver enunciados dogmáticos na definição das contradições sociais, mas se torna necessário distingui-las, pesá-las, examinar a forma como procedem diretamente sôbre os acontecimentos e em relação às demais, porém sempre tendo em vista o significado relativo, variável e "transitante" de cada uma. Quando definimos em dado momento uma

contradição como principal isto não significa que nos estejamos referindo a uma estrutura hierárquica imobilizada, mas indica que mencionamos um processo, no curso do qual a principal pode, do ponto de vista de um fato concreto, ser julgada ao mesmo tempo secundária, no sentido em que é influenciada por essa outra, que consideramos secundária.

Passando ao quadro atual da realidade brasileira, não temos receio de afirmar ser o imperialismo ainda a principal contradição da nossa sociedade. Contudo tal assertiva não implica em subestimar a contradição de classes, pois esta é estrutural no regime vigente, e por isso é necessariamente, dêsse ponto-de-vista a principal; apenas queremos significar que circunstancialmente, mas nem por isso menos objetivamente, a contradição de classe se vê obrigada a manifestar-se num contexto nacional dominado globalmente por outra contradição que o envolve por inteiro, — o imperialismo da nação poderosa, — de tal modo que todos os aspectos da contradição de classes são marcados por esta situação de subserviência imperialista, assim como reciprocamente, não poderia ser investigado o fenômeno do imperialismo sem ligá-lo aos interesses divergentes das classes em conflito, tanto no país submisso quanto no opressor.

Como o trabalho do país pobre se realiza dentro do campo de gravitação imperialista, onde se acha incluído, as relações antagônicas de classe não se apresentam em caráter puro, mas influídas pelas pressões da dominação externa. Seria cair no devaneio tratar a relação entre o trabalhador e o capital a que serve sem levar em conta a diferença qualitativa, do ponto-de-vista político, entre capital de origem interna e capital alienígena. Eis porque o problema do trabalho no país capitalista semicolonial se mostra com características específicas e desenha um intrincado jogo de contradições. Do simples

modo de ver do trabalhador, de sua situação existencial, o resultado é sempre o mesmo: vende sua capacidade de trabalho a trôco de determinado salário. Mas, na perspectiva sociológica e política há diferença em saber se essa venda se faz ao capital nacional ou ao estrangeiro. Claro está que, enquanto instrumento de classe, os dois se identificam como exploradores do trabalho, mas em relação aos rumos do processo do desenvolvimento nacional se distinguem, pois seus interesses podem, em determinadas circunstâncias, se tornar divergentes e entrar em relativo atrito. O capitalista nacional vê-se obrigado por isso a assumir sempre posição ambigua, a qual terminará por se tornar insustentável. De um lado, como capitalista, seu papel em relação ao operário é o do natural aproveitador do trabalho alheio; mas, em face da existência de um capital estrangeiro operando no País, portanto explorando a mesma massa trabalhadora, estabelece-se espontâneo conflito, pois não convém ao nacional que o campo de sua ingerência seja invadido pelos forasteiros. Estes, entretanto, são imensamente mais poderosos, e ademais são os fornecedores dos bens de produção, máquinas, técnicas, matérias-primas, de que carece o industrial brasileiro. Onde, já por este aspecto, ter de aceitar a irrecusável aliança com o capital estrangeiro, embora a contragosto, e com o íntimo desejo de expulsá-lo para ser o único a explorar a massa trabalhadora do País. Como este propósito é no presente irrealizável, o capital nacional aceita unir-se e subordinar-se aos interesses dos monopólios estrangeiros, pois não encontra outra alternativa, em vista da ausência de poder político próprio, para rechaçar os invasores. Conluia-se, assim, com eles, mas sua aliança é instável e de má fé.

O domínio do capital de fora é praticamente universal, e só tende a crescer com as sucessivas capitula-

ções que impõe ao setor nacional da economia brasileira. Esse extraordinário influxo econômico traduz-se em predomínio político. A burguesia capitalista nacional vê-se estirada em direções diversas e contraditórias, o que explica o seu comportamento incerto, incoerente, vacilante. Por um lado, seus interesses, em princípio, se opõem aos do capital estrangeiro, mas necessitando também de proteção política para figurar na classe dominante, e reconhecendo que nessa esfera o domínio do estrangeiro permanece a bem dizer completo, vê-se obrigada a se aliar ao capital forâneo, pois a não ser assim ou ficaria sem apoio algum ou teria de pedir proteção às próprias massas trabalhadoras que explora. Sua conduta tem de ser, pois, incoerente e alternante; não ousa afrontar o capital estrangeiro senão de modo esporádico e assistemático. De outro lado, desejaria receber apoio das massas na luta contra o invasor, mas não as pode ter por aliadas fiéis e duradouras porque são as vítimas da sua atividade espoliadora.

Contudo, esta incoerência constitui para as massas trabalhadoras um fator decisivo na sua luta geral contra a classe dominante, porquanto descobre que se defronta com uma classe que só aparece como homogênea sob certos aspectos, mas se mostra dividida quanto a outros. Convém-lhe, portanto, explorar a fragilidade do grupo dominante, aprofundando-a, o que consegue aliando-se de modo tático e provisório, aos grupos portadores do capital nacional, instigando-os a expulsar o invasor, porque, enquanto assim procede, enfraquece o poderio geral da classe exploradora.

Vemos, por esta análise, como se alteram e modificam as contradições, variando a posição e o significado da principal. Quando a classe trabalhadora, por motivos de conveniência, se alia aos proprietários do

capital nacional, ou os apóia, está fazendo a sua contradição com êles: ceder o lugar de principal à contradição entre o capital nacional e o estrangeiro. Quando, porém, retoma a defesa dos seus direitos de massa operária e se opõe à totalidade dos capitalistas, faz esta oposição reassumir o papel de contradição principal. No país subdesenvolvido êste jôgo é permanente e as configurações mudam com grande freqüência e rapidez. Não há rígida hierarquia entre as contradições sociais. Variam dialéticamente. Os grupos imperialistas compreendem perfeitamente esta situação e procuram explorá-la em seu favor. Sabem que não contam com a firme adesão da burguesia nacional, a qual, se pudesse, dêles se desembaraçaria para agir sòzinha. Por isso, os representantes dos monopólios estrangeiros respondem a êste estado de coisas reforçando seu poderio econômico pelas múltiplas modalidades de absorção do capital nacional, captando, pela tática dos reinvestimentos, a poupança, os excedentes, os lucros do capitalismo nativo, manobra graças à qual eliminam quase inteiramente o adversário no seu próprio terreno; e ademais, lançam mão dos recursos políticos para obter a forçada aquiescência de eventuais empresários nacionais discordantes. Criam planos de “ajuda” econômica com finalidade exclusivamente política, trocando a nomenclatura da atividade imperialista segundo as circunstâncias. Quer se chamasse em certa época “Pan-Americanismo”, e depois “Boa Vizinhaça”, quer tenha hoje o nome de “Aliança para o Progresso”, a finalidade política dessa falsa e insidiosa generosidade é sempre a principal e a mesma: manter a dependência dos grupos dirigentes do nosso País às fôrças do imperialismo estrangeiro. O capitalismo nacional sente-se obrigado a aceitar êsse ignominioso e espoliativo conluio, porque, se o não fizer, não apenas sofreria sanções econômicas,

como perderia a cobertura e o apoio de todo o sistema capitalista mundial onde se entrosa material e ideologicamente, e se encontraria sozinho em face das massas trabalhadoras, suas naturais adversárias. Para evitar esta contingência, que lhe seria fatal, tem de se apresentar, mesmo contrariando uma parte dos seus interesses, como aliado dos planos econômicos e políticos da nação imperialista. Como, entretanto, sua composição de grupo por mais homogênea que seja nos seus fundamentos sempre apresenta flutuações individuais, explica-se, assim, que haja no seio do mesmo governo, por exemplo, ou no âmbito de uma poderosa instituição da classe dominante, tal a Federação das Indústrias, elementos descontentes ou de conduta desviada da linha geral do grupo. Não é de estranhar que o mesmo governo que pratica em certas circunstâncias gestos reveladores de elementar sentimento de autonomia nacional, logo a seguir aceite um plano de diretrizes típicas dos projetos imperialistas. Vote a favor da autodeterminação dos povos, o que significa, na prática, contrariar os planos americanos de esmagamento da revolução cubana, mas ao mesmo tempo sujeita-se à "Aliança para o Progresso", como se ignorasse o real sentido imperialista dessa velha manobra, apenas original agora na taboleta.

Dois fatores condicionam o comportamento vacilante e disperso da elite dirigente num País, como o nosso, em início de chegar à etapa do desenvolvimento superior, mas ainda incluído na esfera da influência imperialista: de um lado, os interesses do capital nacional, que sabe agora ter condições de prosseguir por si na conquista das etapas mais altas do desenvolvimento, conforme atestam recentes pronunciamentos de destacados economistas ligados à alta finança local, e se vêem obstados pela avassaladora pressão do capital ex-

terno; de outro lado, a crescente consciência das massas populares, imbuídas de pensamento nacionalista, cada vez mais adversas à intromissão dos agentes imperialistas, e atualmente capacitadas, por aguda sensibilidade política, a discernir com plena clareza o sentido oculto das supostas manifestações de simpatia e ajuda dos monopólios estrangeiros. O político brasileiro burguês da atualidade vê-se distendido entre dois extremos: não pode mais, como até bem pouco, entregar-se dócilmente à inteligente direção dos embaixadores do imperialismo, porque a consciência dos trabalhadores, dos estudantes, dos elementos válidos das Forças Armadas, e de numerosos setores das classes médias a isso se opõe; são forças lúcidas e vigilantes, que exigiriam sobrehumanos prodígios de habilidade na malícia e na desfaçatez para serem enganadas. De outro lado, também não pode trasladar-se resolutamente para o campo das massas trabalhadoras, e com elas confraternizar, porque perderia os suportes e garantias políticas, que lhe são fornecidos pela classe econômica dominante, na qual mesmo os setores nacionais vetariam a aliança com o povo, receiosos do incremento do potencial político das camadas populares. Conclui-se, portanto, que a contradição interna dominante no capitalismo fica sob certos aspectos suplantada pela contradição entre o País, como um todo, e a nação opressora, imperialista, cuja influência gera um espaço onde se modificam ou assumem tonalidades específicas as lutas sociais e os problemas apresentados por uma particular realidade nacional.

Estas reflexões pareceram-nos úteis para nos encaminharem à compreensão da essência do trabalho, no caso de um País como o nosso. Não só na indústria ou no comércio, mas também na agricultura, o trabalhador vende a sua força de ação a alguém que se constitui em

membro de uma classe distinta da sua por ser dono dos meios de produção, coisa que o trabalhador não possui. Para a conceituação do trabalho é preciso acentuar não apenas as suas modalidades, os níveis distintos em que se realiza, o grau de adiantamento das técnicas executadas, as regiões do País, as condições materiais gerais que o determinam, mas ainda faz-se mister levar em conta as naturais divergências existentes na classe patronal. Este aspecto tem decisivo valor para a compreensão do conceito do trabalho entre nós. Porque introduz um dado que falta nos esquemas tradicionais dos antagonismos sociais nas áreas capitalistas metropolitanas. Para o combate político das massas, para o pensador que assume o ponto-de-vista do povo, é imprescindível ter em mente sempre este dado: a classe social a que se opõem tem dupla personalidade, ora se apresenta como um todo unificado, ora se revela dividida, formando-se nela um setor que desejaria selar um pacto, provisório, é claro, com os trabalhadores. Esta circunstância não deve ser jamais perdida de vista. Dela decorre a fixação dos rumos da política da classe trabalhadora, sua tática de luta, a definição dos objetivos do momento e a consolidação dos resultados. No país subdesenvolvido o trabalho não é apenas atrasado quanto à forma, à técnica, ao regime de relações jurídicas; tem ainda outra característica: é prestado a um duplo patrão, o nacional e o estrangeiro, este último segundo duas modalidades: diretamente, ou por intermédio do outro. Neste fato reside a causa da impossibilidade de conceituar o trabalho do país subdesenvolvido sem incluir no enunciado da sua essência a menção de ser um trabalho executado não apenas em regimes múltiplos, feudal, semifeudal, precapitalista, capitalista, mas em condições de submissão nacional ao imperialismo. Por isso, tanto quanto o fenômeno da

greve depende da essência do trabalho, no particular contexto político considerado, tal duplicidade de condições se irá refletir na definição da greve no país subdesenvolvido.

Na aparência, a greve se manifesta como pura e simples voluntária recusa a trabalhar. Mas esta conceituação, se a aprofundarmos, mostrar-se-á insuficiente, porque se notará que apreende apenas a *exterioridade* do fato, *sem lhe alcançar a essência*. Sabendo-se que no país atrasado, capitalista e dominado pelo imperialismo, o trabalho tem feição peculiar, no modo como é executado, pode concluir-se que a greve também tem nêle características próprias. Ao procedermos à análise da greve nas condições particulares do país subdesenvolvido é que se revelará com tôda a clareza a essência da greve. Esta não consiste no puro e simples não trabalhar, *mas no trabalhar para si*, sob a aparência do não-trabalhar. No regime capitalista, o trabalho sendo feito *para outro*, — o possuidor do capital, — que se apodera daquilo que a sociedade em conjunto produz, o trabalhador entrega a um não trabalhador os frutos do seu esforço pessoal. Como não há em tal regime o pagamento da fôrça de trabalho real aplicada pelo trabalhador, mas apenas de parte dessa fôrça, o resultado é a divisão da sociedade em classes opostas, numa residindo a fôrça efetiva de trabalho e noutra a posse dos meios de produção. Sendo esta última a que se apropria dos resultados reais do trabalho coletivo, que não são divididos socialmente em partes iguais e distribuídos a todos os membros da comunidade de maneira equitativa, o que se passa é que o operário trabalha para produzir os bens que *outro* indivíduo vai consumir sem haver contribuído *com trabalho* para a produção dêles. Dêste modo, o trabalhador não trabalha para si, socialmente falando, mas para outro,

para os integrantes de outra classe, que se apoderam privadamente dos resultados do labor geral das massas assalariadas. Como o salário não paga a totalidade do valor criado pelo operário, este só recebe o correspondente a uma fração mínima, necessária para mantê-lo vivo como animal de trabalho. O resto, a parte mais substancial do valor por ele criado, lhe é arrebatada pelo capitalista, que dela se apossa. Reina pois, nêsse regime, o tipo de trabalho que denominamos *para outro*, com a particularidade essencial de que êsse *outro* não é um outro trabalhador, mas unicamente o proprietário do capital, dos recursos materiais indispensáveis para a criação dos bens gerados pelo esforço de todo o povo. Logo, o trabalhador não trabalha para si, pois o que recebe como pagamento mal dá para conservar-lhe a existência física, não o enriquece com os objetos produzidos, não lhe permite desenvolver a personalidade, adquirir conforto, condições humanas de vida, cultura espiritual, e todos os demais bens que ficam reservados à classe economicamente dominante, pelo fato de justamente não pagar aos trabalhadores todo o trabalho que executam.

Esta situação social, evidentemente injusta, dá origem aos conflitos entre as classes, nas quais os trabalhadores procuram utilizar todos os meios ao seu alcance para forçar os donos do capital a lhes pagarem uma parcela um pouco maior do trabalho efetivo que realizam. As massas trabalhadoras sabem que são espoliadas e também sabem que constituem a maioria da população; não ignoram que sua vontade, se fôsse organizada, seria invencível, mas lutam contra obstinadas e insidiosas resistências opostas pelos capitalistas, que dispõem do poder estatal, inclusive o representado pela repressão violenta, e do poder ideológico. Contudo a luta não cessa e assume variáveis aspectos, que historicamente se ma-

nifestaram desde as formas ingênuas da destruição das máquinas no início da era industrial até a moderna luta parlamentar pela votação de leis beneficiadoras do operariado.

Entre os recursos de que lança mão a classe operária na defesa dos seus direitos conta-se a prática da greve, isto é, da cessação deliberada do trabalho, como meio para forçar os capitalistas, lesados pela falta dos bens que a pendência operária acarreta, a atender às reivindicações que lhes são apresentadas. Cria-se assim aquilo que será o aspecto exterior da greve: a falta ao trabalho, o cruzar os braços, a recusa a comparecer à fábrica ou ao escritório. Como, na verdade, com êsse gesto o operário está de fato exigindo o aumento do pagamento pelo trabalho real que dispense, o que está pleiteando é o aumento *para si* do valor do trabalho que faz para outros. Quer ampliar (até chegar um dia à totalidade) a parte *para si* do seu trabalho. Num palavra, não quer continuar a trabalhar *para outro*. Neste fato se descobre a *essência da greve*, oculta pela aparência de simples resistência, recusa, ou ausência.

Ao entrar em greve o trabalhador assume a postura de quem se apodera do seu próprio trabalho, ainda que, para consegui-lo, tenha de praticar um feito aparentemente negativo, o de não trabalhar. Mas, considerada em sua essência, essa atitude não significa o não-trabalhar absoluto, e sim o não-trabalhar relativo, o não-trabalhar para o outro, o capitalista. Durante a greve não só se patenteia a natureza íntima do trabalho em regime capitalista, como se desvenda também a consciência de si que começa a despertar nas massas operárias. Por efeito dessa consciência a greve é proposta, e depois levada a térmo. Significa que o operário principia a compreender sua função de criador da riqueza no processo produtivo, as limitações a que está

submetido pelo regime onde se acha enquadrado e descortina a possibilidade de substanciais alterações futuras. Estas têm de consistir na concreta apropriação dos resultados sociais do trabalho pelos verdadeiros trabalhadores, desmascarando-se a interesseira afirmativa dos detentores do capital, de que êste seria o mais importante dos fatores diretamente necessários à criação da riqueza. Êste modo de pensar, profundamente desumano, pois relega o operário ao papel de mero apêndice vivo da máquina ou da empresa, começa agora a ser entendido pelo trabalhador, que descobre o caráter secundário, a natureza histórica e portanto temporária não essencial do capital, fruto da injusta apropriação do trabalho alheio recolhido por alguns poucos afortunados, e verifica ser perfeitamente viável a direta apropriação social da totalidade dos bens produzidos pelas massas, distribuídos a elas sem desigualdades. Neste caso, só nêle, o trabalho seria integralmente recompensado, deixando de haver a parcela do trabalho cedida gratuitamente a outro, que constitui o fundamento da espoliação a que as massas estão submetidas. Assim sendo, é claro que no regime de produção socializada, ou seja, naquele em que o trabalho é integralmente recompensado, não só a greve torna-se desnecessária como seria um contra-senso. Em tal caso, a greve se equipararia ao suicídio, pois representaria o voluntário desejo do indivíduo não trabalhar para si, condição indispensável para se manter vivo.

No regime socialista a greve é por definição impossível, pois não existe *contra quem* fazê-la, uma vez que ninguém mais trabalha para outro. Nas presentes condições, contudo, é justificada, lógica e inevitável. Pertence à dinâmica do processo social na forma atualmente em vigor. O direito de greve é reconhecido como inerente à pessoa do trabalhador, e assim entendido

pela Constituição Federal, que, no artigo 158, o legitima, ampara e propõe seja regulamentado por lei ordinária. É verdade que tal lei jamais foi votada, o que bem se compreende, dada a composição de classe do Congresso nas diversas legislaturas que se têm sucedido. Nosso intuito não consiste em defender um direito expresso na Carta Magna, mas em procurar penetrar-lhe o significado, com o auxílio da interpretação filosófica do ser humano e da análise sociológica das condições em que trabalha. Ao proclamar o direito de greve, os legisladores ingênuos, destituídos da correta avaliação do fenômeno, acreditavam estar reconhecendo apenas a existência de uma arma social ao alcance dos trabalhadores para se defender dos excessos de injustiças que viessem a sofrer. Sendo, em sua quase totalidade, capitalistas, serventuários dos grandes industriais ou latifundiários, sabiam os Constituintes que a greve é uma arma perigosa, para eles, e por isso se a reconheceram como admissível foi porque não havia como deixar de fazê-lo, em face do grau de consciência das massas. Mas, desde a assinatura da Constituição até hoje não só se esquivaram de regulamentar esse direito do trabalhador, como procuram cercá-lo de todas as limitações, começando por distinguir a greve legítima, “legal”, de outra, “ilegal”, que merece ser severamente reprimida. À lei ordinária caberia estipular em que casos uma ou outra modalidade se apresenta, mas como não foi ainda votada fica ao sabor dos interesses das classes dominantes declarar “ilegal” a greve que mais seriamente as prejudique. Claro está que o operariado só pode desempenhar papel de espectador na definição das modalidades da greve, na elaboração da lei que as determina, uma vez que não é ouvido, pois não tem representantes pessoais no Parlamento.

Mas o processo da realidade se desenvolve sem con-

siderar as sutilezas jurídicas em que desejariam moldá-lo os dominadores materiais da situação, com o auxílio dos comparsas intelectuais incumbidos de estruturar o sistema ideológico vigente. Reconhecem ao trabalhador o direito de greve apenas enquanto é resistência a uma lesão grave ou injustiça insuportável; mas ainda assim só admitem o direito de parar o trabalho por decisão individual, idealmente concebida como ato de vontade pessoal, sem convivência social. Como a filosofia de que se utilizam os teóricos dessa concepção, de fundo e forma idealista, só concebe o homem como ser individual, dotado de direitos abstratos, que unicamente lhe são reconhecidos enquanto pessoa isolada, “criada por Deus”, não é de estranhar que admitam o direito de greve, porém na forma ideal, de simples gesto abstrato da vontade livre da pessoa humana concebida sem vínculos sociais, portanto irreal. Têm de reconhecê-lo, pois do contrário teriam de admitir o trabalho forçado ou escravo. Para poder declarar “livre” o trabalhador precisam previamente depurá-lo, reduzi-lo à espécie ideal de “pessoa humana”, ou seja, de indivíduo sem conexões sociais, sem companheiros de trabalho, sem relações de produção, numa palavra, sem humanidade concreta. Só a êsse homem, assim idealizado, é reconhecido o direito de fazer greve, quando desejar. Ao homem concreto tal direito é na prática negado, uma vez que para ser pôsto em exercício exige a ligação dos trabalhadores uns com os outros, a organização de comitês para o sucesso da parede, e todo os demais atos determinados pela natureza social do fenômeno. Para os jurisconsultos idealistas o homem tem o direito de fazer greve desde que a faça sozinho. Pode recusar-se a comparecer ao trabalho desde que não incite os companheiros a fazer o mesmo, não procure esclarecê-los sobre os motivos da decisão que tomou, não proponha a greve

nas reuniões do seu sindicato, não se esforce por demonstrar-lhe a utilidade como arma social, não se disponha a propagá-la. É aqui onde se descobre a malícia, mais do que o simples êrro técnico, dos pensadores da classe dominante. Quando admitem aquêlê direito apenas para o indivíduo isolado, mera abstração, ente ideal, é porque sabem que no estado de isolamento praticamente nenhuma greve perduraria e teria êxito nas exigências salariais a que, em geral, visa. Sabem que, em tal condição, o trabalhador seria a primeira vítima do movimento grevista, pois não possui recursos com que se manter e à sua família, deixando de trabalhar. Por isso, procuram os legistas tornar delituosa a atividade de união de grupos trabalhadores para efeito de greve, pois a solidariedade multiplica tanto o efeito da paralisação individual do trabalho que obriga os patrões a ceder às petições da massa obreira. A linha geral de conduta da classe dirigente visa, portanto, a conseguir por todos os meios impedir a formação da "massa grevista", o que muitas vêzes é levado a cabo com extrema violência e brutais atentados policiais. Dissociar as massas trabalhadoras, reduzi-las a indivíduos isolados, a sêres sem realidade social, abstratos, homens inexistentes, e depois generosamente outorgar a estas figuras imaginárias o direito de greve, eis em síntese a filosofia jurídica da classe dominante.

Mas comete duplo êrro: na teoria e na prática. Na teoria, porque, conforme dissemos, permanece na superfície do fenômeno, acreditando que consiste no simples não-trabalhar, quando consiste no não-trabalhar *para outro*; na prática, porque a figura do trabalhador isolado é inexistente, pois contradiz a natureza social do trabalho, que exige o grupamento dos homens em categorias profissionais e em classes. A maliciosa esperança dos capitalistas de que as massas se contentassem

com o abstrato direito de greve, se revela illusória nos momentos em que a greve se apresenta ao trabalhador não como um “direito” mas como um “dever”. Com esta eventualidade não contavam os pensadores a serviço do poder econômico. Jamais lhes ocorreria que se pudessem constituir situações sociais onde a greve é compreendida *como dever*. São os momentos nos quais a consciência do trabalhador descobre o que lhe é *devido* pelos patrões e no entanto efetivamente arrebatado. *A greve se apresenta então como o dever de conquistar o devido*. Nesses momentos, a greve aparece ao operário como o dever de trabalhar não para outro mas para si. Pode não estar formulada com esta nitidez no seu espírito a concepção do gesto que pratica; mas na verdade é êste o significado dêle. E por isso não será nunca uma atitude isolada, a recusa de si, mas constitui-se, por definição, como comportamento coletivo, pois só em conjunto o trabalho assume características humanas.

A greve não significa, pois, a *recusa* do homem ao que o define como homem, — a natureza social de trabalhador, — mas a *doação* de si aos outros homens, aos outros trabalhadores, num gesto que contribui, portanto, para confirmá-lo na condição humana.

Logo, o trabalhador para si se converte em trabalho coletivo, pelo simples fato de ser real, de possuir realidade social. Por isso também o movimento grevista tem de ser necessariamente coletivo enquanto fenômeno de solidariedade social. Na greve tal solidariedade não apenas se manifesta como simultâneamente se cria, se vai desenvolvendo, ao longo da luta comum contra o capital explorador. Um dos mais significativos benefícios da greve enquanto manifestação da consciência trabalhadora é o efeito que exerce como fator de solidarização dos operários uns com os outros, ao lhes re-

velar a essência da sua condição humana como seres submetidos a uma comum e cruel espoliação.

Este fato tem importância decisiva. No curso da luta coletiva, na solidariedade que então se vai formando, é que se revela ao trabalhador a sua essência humana e a do trabalho, como condição de vida. Verifica, então que não existe como indivíduo isolado, impotente em face das forças da natureza física ou da trama das relações sociais que o envolvem, mas se sente apoiado, fortalecido e dilatado no seu ser pela identificação de pensamento e de ação com os companheiros de trabalho. Dêste modo, a greve se converte em escola para a instrução da consciência do trabalhador. Em poucos dias de luta grevista aprende numerosos ensinamentos sobre a realidade social, as relações de trabalho a que está ligado, a qualidade da classe de que depende, e sobre a sua própria natureza individual, como pessoa, ao descobrir que se fortalece e agiganta no seu poderio humano, quando se vincula aos companheiros de trabalho numa reivindicação comum. Aquilo que em pessoa e só, lhe é impossível obter, unido aos demais trabalhadores consegue, embora às vezes com sofrimentos e combates cruéis. A greve abre à consciência do trabalhador horizontes insuspeitados, pois o faz viver experiências imediatas, ricas de ensinamentos práticos vitais, que de outro modo jamais conheceria.

Um dêles, é o conhecimento da liberdade. Como ser humano isolado, submisso às imposições de um sistema de relações sociais que encontrou já organizado no momento em que nêle ingressa e que não tem meios de modificar pela sua vontade, falta-lhe a possibilidade de conhecer objetivamente a liberdade. É obrigado a acreditar apenas na liberdade subjetiva de que lhe falam os teólogos, os pensadores alienados e os demagogos. Mas a verdadeira liberdade, a liberdade concreta, a que sig-

nifica o poder ser ou o poder fazer *de fato* os atos que o beneficiam, que o libertam das servidões e o enriquecem espiritualmente, essa lhe permanece incógnita, porque jamais lhe é oferecida a ocasião de praticá-la. Isolado, não consegue realizá-la, e por isso tem de contentar-se em postergá-la para um futuro indefinido, ou desiludir-se de algum dia conquistá-la. Mas, quando se une aos companheiros na operação da greve, a liberdade lhe é súbitamente revelada. Percebe que está ao seu alcance obtê-la, desde que o faça em conjunto com aqueles que também a desejam, e que, por si sós, também não a poderiam conseguir. É então o momento em que a greve lhe mostra, pela união das forças humanas que mobiliza, este aspecto essencial do ser humano, a liberdade. O homem livre não é o solitário, mas o solidário. Esta noção tem importância primordial para a filosofia e para a ética, entendidas na sua genuína significação.

Para a consciência ingênua a liberdade representa um dom interior, identifica-se com a alma do homem, e por isso basta-lhe possuí-la no íntimo do ser. A liberdade objetivamente realizada, ou seja, o estar livre das opressões da natureza e das servidões sociais, da doença, da miséria, da fome, da ignorância, tudo isto é secundário, pois não representa a verdadeira liberdade, que só se encontra no reino do espírito e aí unicamente se manifesta. Esta doutrina conturba a inteligência sobre o significado da liberdade, paralisa a atividade humana, a disposição de luta em favor da conquista da autêntica liberdade. Entre as formas de ação que asseguram êsse último objetivo conta-se a greve como das mais fecundas. Ao se constituir em sujeito do seu trabalho, — quando recusa fazê-lo para outrem, — o homem não apenas desvenda o significado dêsse gesto como liberdade interior, como decisão de uma vontade

livre, mas tem acesso à verdadeira liberdade, a objetiva, — de que a primeira é reflexo, — quando se junta aos companheiros de sua categoria profissional ou classe social, e com êles pratica em comum a mesma deliberação de trabalharem, todos, para si e não mais para outros, a outra classe. A liberdade torna-se, assim, fato concreto, manifestação histórica real, realização objetiva. Faz-se visível, em vez de permanecer no íntimo do espírito como tesouro interior.

E produz efeitos: as conquistas das massas trabalhadoras. Daqui se infere a verdadeira essência da liberdade, a qual consiste no ato efetivo de libertar o homem, a classe ou o país de alguma servidão a que estejam submetidos. A greve é apenas um, entre outros, dos atos libertadores. Sua prática não sòmente educa o trabalhador na certeza da própria liberdade, como amplia o campo de sua realização social. Revela a natureza do ser humano, ao demonstrar-lhe o domínio que pode exercer sôbre a realidade que o circunda, sôbre as relações sociais que pareciam aprisioná-lo irrevogavelmente; demonstra-lhe que, longe de estar condenado à perpétua reclusão no sistema explorador do trabalho, que o oprime, é capaz, pelo ato livre, pela greve, de modificar essa situação, que antes lhe appareceria como fatalidade natural, e por isso irremovível. Descobre sua essência pessoal como existente livre, quando compreende que *ao invés de ser ojeito do trabalho, tem meios para tornar-se sujeito dêle*, dominá-lo, transformar-lhe a qualidade, convertendo-o de trabalho alienado em outra espécie, em trabalho humano, para si. E descobre mais ainda, pelo ato da liberdade que é a greve, praticado em comum como um sacramento do povo, penetra mais no fundo da realidade humana, e alcança uma visão mais lúcida e justa do seu significado do que quantas considerações abstratas e

metafísicas expenderam a êsse propósito os filósofos especulativos. O trabalhador compreende a verdadeira e radiosa significação da *humanidade*, como conquista de relações fraternas e equânimes entre todos os homens, quando se liga aos seus companheiros e com êles combate pela mesma causa. A prática desta luta, de que a greve é freqüentemente um episódio, constitui o único fundamento que permitirá ao homem alcançar o conhecimento da sua humanidade. Esta não se equipara a um gênero animal, nem é sinônimo da coletividade dos habitantes da Terra, mas se define como modo de existência do ser humano. É, acima de tudo, uma categoria existencial. Porém, ao invés de só poder ser compreendida pelas sutís e cavilosas análises em que se embaraçam os pensadores especulativos, aos quais em nada interessa modificar a efetiva realidade do homem, e que sob o nome de “homem” entendem sempre o espécime tomado da burguesia metropolitana, jamais o operário ou o habitante das regiões subdesenvolvidas, o autêntico conceito de “humanidade” só é entendido por aquêles que descobrem não existir ainda a humanidade como fato objetivo para a imensa maioria dos seres chamados humanos, e se dispõem, pela luta social, a conquistá-la. Ao longo dessa luta é que vão, simultaneamente, compreendendo em que ela consiste e realizando-a como fato concreto. Percebem que a fraternidade se revela como valor moral positivo e altíssimo quando a vêem posta em ato e à prova, no comício de protesto, na ajuda aos perseguidos, na alegria com que se animam mutuamente, na veneração pelos que tomaram na luta.

O significado filosófico da greve, o caráter existencial que possui, precisa ser devidamente indicado e meditado. Quando a repressão hostil, policial, das classes dominantes cai sobre as massas que reivindicam me-

lhores salários ou protestam contra alguma decisão política antinacional, patenteia-se o conteúdo positivo da greve como ato social libertador, mas ao mesmo tempo define-se o seu valor como modalidade de ação que põe à mostra a essência da classe opressora. A paralisação do trabalho só é possível, e a greve o demonstra, porque o verdadeiro sujeito do trabalho é o trabalhador, e não o empregador. No período de greve êsse fato absolutamente decisivo ressalta com súbita e ofuscante clareza. Na comunhão do trabalho, reside a possibilidade de suspendê-lo mediante a parede. Para que esta seja exequível é preciso que sua declaração caiba unicamente aos que trabalham. E daqui se descortina, desde já, a tese que iremos a seguir sustentar, a impossibilidade dos “ricos” fazerem greve, simplesmente porque são o grupo social que não trabalha. A capacidade de fazer greve tem origem absoluta no fato de trabalhar. A greve constitui-se, assim, em critério social para distinguir quem trabalha de quem não trabalha. E porque supõe, na essência, conforme dissemos, a conversão de quem era objeto em sujeito do trabalho, supõe evidentemente que esta transmutação só pode ocorrer na classe que trabalha. O operário pode passar de objeto a sujeito do trabalho. O “rico” não. O “rico” nunca é sujeito do trabalho; é apenas o dono dele. Com efeito, no regime atual, sendo a força de trabalho uma mercadoria, não admite ter sujeito mas apenas dono. Só haverá sujeito do trabalho quando êste deixar de ser mercadoria para se tornar fato humano. Eis porque fica desde logo esclarecido que só os “pobres” — conceito social ignominioso, que na verdade significa os “trabalhadores” — possam fazer greve, e os “ricos” não.

Estas reflexões nos encaminham a uma indagação mais profunda, que no entanto procuraremos responder com o máximo de simplicidade: por que há “ricos”?

POR QUE HÁ “RICOS”?

NAS DIVERSAS DIVISÕES DO TRABALHO QUE A EVOLUÇÃO do processo econômico impôs à humanidade, desde o seu alvorecer, só a partir de certa fase começa a se distinguir no conjunto da sociedade um tipo particular de diferenciação, que conduz à formação de classes de indivíduos, uma das quais se caracteriza por adquirir o poder sobre os meios de produção e, como resultado disso, a dispôr em proveito próprio dos resultados do processo produtivo. Embora êste seja feito pela sociedade, como um todo, os bens a que dá origem não se tornam propriedade de todos aquêles que os produziram, mas são arrebatados por pequeno número de indivíduos, os quais, pela fôrça física ou pela coação ideológica, conseguem sobrepujar os demais. A sociedade, depois de dividida em classes antagônicas, contém necessariamente uma que cabe designar com o termo genérico de “os ricos”. Por mais amplo que seja o sentido em que se empregue o conceito de riqueza, por mais razoáveis que sejam as formas de que se pretenda revestir as justificativas da superioridade econômica de alguns poucos, a verdade é que, em essência, a riqueza, na sociedade dividida em classes inimigas, deriva sempre da apropriação do trabalho alheio. Não há explicação válida que encubra êste fato ou lhe atenuie o aspecto repulsivo.

Foi preciso muitos séculos decorrerem, muitos pensadores se ocuparem desta questão, para finalmente se ter a clara noção do caráter histórico das desigualdades econômicas, que, de tão duradouras, no curso do tempo, pareciam a muitos naturais e, portanto, definitivas. Na fase da evolução do pensamento humano, em que ainda não era possível discernir a origem das disparidades sociais, os pensadores, sobretudo por influência de preconceitos teológicos, acreditaram que êsse estado fôsse o próprio estado normal da humanidade, assim desejado pela divindade, impôsto aos homens como castigo por um crime originário. A aceitar esta hipótese, — o trabalho considerado punição divina, — os “ricos” não só já estariam “salvos”, pois se teriam livrado das conseqüências do pecado, como até deveriam ser julgados seres superiores, sobrehumanos, desde que os “homens” se definiriam pela condição de suportar as decorrências do pecado original, entre as quais se contaria a obrigação de ganhar o pão com o suor do corpo, ou seja, com o trabalho a serviço dos que não precisam suar. Vê-se que por trás do êrro e da ingenuidade desta explicação se oculta alguma coisa mais do que simples ignorância ou infantilismo intelectual: oculta-se a relação que as teorias desta espécie mantêm com os interesses dêsses chamados “ricos”.

Outros pensadores, parecendo mais esclarecidos porque libertos das preocupações teológicas, vão contudo incidir em equivalente incompreensão e prestar os mesmos serviços à classe dominante, quando proclamam que a conquista da riqueza foi fruto da arguta inteligência de alguns poucos, aliada a excepcional atividade. Requerendo um conjunto de qualidades raramente verificado, sòmente pequeno punhado de homens é capaz de se destacar da inércia e passividade da massa, e de se sobrepor aos demais, captando, assim, para si, com

justo motivo, os proventos do trabalho geral. Preferem êstes pensadores, como vemos, a explicação psicológica. Seriam a astúcia de uns poucos, a extraordinária capacidade de ação de uma minoria, que determinariam a divisão da sociedade, e a manteriam permanentemente, pois sempre haverá diferença de aptidões entre os indivíduos. Na disparidade dos dotes intelectuais e da vocação para a atividade e não na forma material assumida pelo processo econômico da sociedade, residiria a origem da riqueza acumulada nas mãos de alguns poucos. A riqueza, além do significado material, conteria um aspecto ético. Não basta ao "rico" viver bem; quer ser, por isso, honrado. Esta palavra se desdobra num duplo sentido: honrado, isto é, respeitado, venerado, pelo fato de ser possuidor da riqueza; e, em segundo lugar, honrado por ser o portador de um valor ético positivo, a honra. Dêste modo, a riqueza se constitui em padrão moral, se identifica à honorabilidade, e vai ser o fundamento da ética da classe que a possui. O "rico" não se contenta em roubar o trabalho do "pobre"; deseja impor-lhe também o código de moralidade que consulta exclusivamente os seus interesses de classe apropriadora dos bens sociais. Por efeito de tal imposição ideológica a classe trabalhadora fica despojada do direito de criar seus próprios padrões de valor, pelos quais, evidentemente, julgaria com severidade os seus oponentes.

Os "ricos", desta maneira, não se apresentam apenas como ricos, mas também como "bons". São a parte honrada, glorificada, "boa", da sociedade. Onde exigirem respeito dos que não estão no mesmo nível. E porque são "bons", nesse valor fundam a concepção das relações e atitudes que devem manter com os não-ricos, os trabalhadores. A sociologia da esmola não tem, conforme talvez parecesse um princípio arbitrá-

rio, subjetivo, mas se fundamenta na crença da classe dominante de que somente ela é “boa”, e que por isso lhe incumbe, entre as numerosas virtudes que pratica, atender às necessidades dos “pobres”, socorrê-los “na medida do possível”, distribuir com eles o “excesso dos seus bens”, e muitas outras ações abençoadas pelas corporações sacerdotais. Com o apêlo a estas práticas caridosas julgam os teólogos resolver a questão social. Exortam os “ricos” a que socorram os “pobres”, e chegam a indicar que, no fundo, êste é um ato que ainda mais os enriquece, só que agora, de bens espirituais. De fato, ao comparecerem a um espetáculo de caridade em favor de uma instituição pia, um orfanato ou um asilo, as senhoras da sociedade estão acumulando uma espécie particular de fortuna, a espiritual, de que irão gozar na “outra vida”, enquanto aos “pobres” não é dada a mesma oportunidade de enriquecimento moral, pois não podem ir a essas reuniões. É verdade que a eles é oferecida outra possibilidade de enriquecerem moralmente: trabalhar mais, com maior afinco e submissão em favor do patrão, praticar as virtudes da modéstia, cuja prática é uma obrigação. Êste é o caminho onde devem colhêr os merecimentos que irão desabrochar em graças sobrenaturais futuras.

Os “ricos” não se julgam seguros com as garantias que lhes oferecem as simples teorias sociológicas difundidas no espírito das massas. Necessitam institucionalizá-las, criando corporações de intelectuais a seu serviço para manter permanente vigilância contra o eventual despertar da consciência do povo. Apóiam organizações eclesiásticas, criam estabelecimentos de ensino, sustentam academias e universidades, executam por todos os modos a política de enfeitiçamento ideológico, para que tais teorias surtam o desejado efeito. Uma única coisa lhes importa: manter a divisão social.

No caminho para tal objetivo só existe um empecilho real: é o povo trabalhador descobrir a causa da sua situação de inferioridade e, de posse dêste conhecimento, resolver abolí-la.

Assim sendo, a pergunta que fizemos, “Por que há ricos?”, só admite uma resposta: porque as massas trabalhadoras não têm ainda consciência do significado do trabalho e não conhecem as causas da situação em que se encontram. No dia em que alcançarem êsses conhecimentos, não haverá mais “ricos”. A consciência das massas, uma vez esclarecida, assume necessariamente atitude revolucionária. Mas a causa dessa mudança não está nem na simples pregação das idéias, nem na disposição combativa dos poderosos para com os humildes. Não depende da exclusiva difusão das idéias, enquanto tais, pois neste caso reduziríamos a revolução a um acontecimento primordialmente subjetivo, e apenas secundariamente material. O contrário dessa maneira de pensar é que constitui a verdade. Na opressão dos “ricos”, na carência dos meios de vida para as classes pobres, nos aspectos econômicos do processo objetivo, é que se encontra a causa do esclarecimento da consciência das massas. Também não há esperança de que a generosidade dos grupos dominantes consiga elevar as classes trabalhadoras ao nível de existência que as faça despertar para a verdadeira consciência dos seus interesses. Essa ascensão os trabalhadores a têm de praticar por si mesmos. Todos os benefícios que recebem dos senhores da produção decorrem em última instância da necessidade dos empresários contratarem melhores serviçais, operários mais aperfeiçoados para lidar com maquinismos e processos produtivos cada vez mais complexos. Mas o grau de instrução que, socialmente falando, ministram à classe trabalhadora é convenientemente dosado, para dar a ela

a quantidade de conhecimentos que lhe permita movimentar as fábricas, mas não tanto que, além disso, a faça descortinar o seu papel político. Este, pelo menos, é o desejo dos “ricos”. Porém a contradição está no âmago do processo, de tal sorte que o malicioso projeto da classe dominante não surte o pretendido efeito, antes conduz ao resultado oposto.

Os “ricos” acreditam que entre os poderes de que dispõem está o de controlar o ritmo de crescimento e a direção da consciência popular. Porque, entre as riquezas que possuem, conta-se a posse dos meios de difusão social das idéias, atualmente, em larga parte, procedimentos industrializados e de alta qualidade técnica, que, além dos resultados subjetivos, produzem rendimentos vultosos. De posse desses instrumentos o restante da riqueza parece assegurado contra eventual surto inconformista das massas; aí estão os exegetas armados de todos os recursos técnicos para difundir as idéias que confundam o espírito do povo, e o façam duvidar das conclusões justas que espontaneamente tira das suas experiências vitais. A aparelhagem de opressão ideológica não se exerce agora graças tão-somente ao prestígio social, à cultura monopolizada por pequeno grupo de letrados; faz-se por intermédio das máquinas de difusão das idéias, a imprensa, o rádio, o cinema, a televisão, que ingressam assim na categoria dos bens mais valiosos entre os que compõem a fortuna dos ricos. Na sociedade capitalista a consciência das massas tende a ser produto dos instrumentos de propaganda, que tanto podem ser utilizados para forçar a venda de um dentifrício como para incutir a crença nos benefícios da “Aliança para o Progresso”. O “pobre” fala, mas em condições duplamente desvantajosas: fala a outros “pobres” e, ademais, sua voz só alcança pequeno número de ouvintes. O “rico”, ao contrário, dirige-se a mi-

lhões e, sobretudo, *fala aos "pobres"*. Nesta disparidade está um dos mais perniciosos artifícios do domínio dos poderosos. Dirigindo-se às massas, são êles a voz dominante.

Dispondo dos meios de propagação das idéias, representados hoje por maquinismos materiais, que custam dinheiro e portanto são bens dos ricos, êstes impõem às massas as noções e representações da realidade que as impedem de alcançar a verdadeira consciência de si; e não receiam ser contraditados pois não há aparelhagem semelhante em mãos dos seus adversários. Daí a certeza em que se acham de lhes ser fácil se manterem no poder, mediante a tranqüila reeleição dos seus representantes políticos. O "rico" aproxima-se dos "pobres" na hora das eleições, mas o faz valendo-se da máquina de propaganda que previamente montou, e que não pode ser anulada por outra, oposta. Aos "pobres", ao camponês ou ao operário incultos, só resta ouvir os inflamados discursos dos oradores, a êles enviados pelos partidos das classes altas, e quando muito trocaram entre si comentários irônicos. Mas é sempre na conversa de uns com outros, pois o pobre não fala ao rico, por enquanto. Daí a repousante quietude em que a classe rica se permite discutir os problemas dos pobres. O principal motivo dessa tranqüilidade é a certeza — que os ideólogos a seu serviço se encarregam de manter e reforçar — de que sempre haverá pobres e ricos. Por isso, a situação de "ricos" aparece-lhes como fato normal, nada revoltante, resultado de leis eternas e imutáveis da sociedade; não têm motivos de preocupação quanto à sua existência como classe. O problema de cada rico cifra-se em conservar-se pessoalmente dentro da camada dos "ricos". Não ignora que sua situação pessoal está sempre sujeita a riscos, por força da concorrência capitalista, que constantemente joga

pela borda vários tripulantes, mas a existência da camada dos ricos, essa, a seus olhos, é permanente, não oferece motivo a qualquer inquietação.

A divisão da sociedade sendo imutável, o que importa a cada capitalista é garantir um lugar na classe economicamente alta e expelir dela o maior número de pretendentes importunos. A ignorância dos verdadeiros fatores históricos que determinaram a divisão da sociedade em classes opostas, o desconhecimento da teoria que demonstra a inevitável superação deste estado, leva os endinheirados a crer que as ocorrências sociais têm origem exclusivamente na vontade dos homens e só dependem da subjetividade. Os fenômenos sociais são considerados fatos psicológicos. Daí a crença no valor da propaganda de idéias justas, desde que se trata apenas de combater outras idéias, errôneas. As massas, quando reivindicam direitos e demonstram disposição de alterar a estrutura da sociedade, são vítimas de falsos conceitos que agentes de credos malignos espalharam entre elas. Se começam a agitar-se e mesmo dão sinais de iminente revolta é porque foram envenenadas por idéias de ódio e vingança que os agitadores propagaram. Para sanar essa situação é preciso difundir idéias sadias, as de respeito à propriedade privada, de amor à ordem constituída, de aceitação humilde das dificuldades da vida, de admiração pelos que conquistaram fortuna graças ao talento e honestidade, etc. Para os "ricos" a rebelião do povo tem origem nas idéias falsas em que acredita. É, no fundo, resultado da ignorância. Não há maldade nas massas sofredoras, mas apenas debilidade moral, por efeito da incompreensão da natureza da sociedade. Donde, um dos remédios que lhes pretendem oferecer seja o chamado "rearmamento moral". É claro que por trás de tão simplista mobilização ideológica escondem-se os mais refinados espertalhões, mas

há tal conveniência por parte dos poderosos em acreditar nesta lírica ingenuidade, que muitos respeitáveis inocentes talvez cheguem a aderir com sinceridade aos “princípios” dessa arapuca imperialista.

De tôdas estas considerações só uma verdade ressalta: os “ricos” tudo fazem para evitar discutir a causa da sua riqueza. E quando têm de explicá-la, apelam para motivos morais, o que ainda mais os engrandece. Na origem da riqueza está a fôrça de vontade, o caráter firme e audacioso, a inteligência prática vitoriosa, a conduta reta e justa, a perseverança no trabalho, a ambição nobre, a capacidade de domínio, valores éticos e psicológicos que só poucos possuem, e lhes permitem acumular o cabedal que os demais homens, mal dotados pela natureza, dispersam em atividades mal conduzidas, não alcançando por isso resultados apreciáveis. A formulação supremamente ingênua desta atitude geral encontramos-na na crença do “rico” de que foi o *seu* trabalho que lhe deu a fortuna que adquiriu. Ora, a verdade é exatamente o oposto. Foi o trabalho dos outros, dos trabalhadores, dos “pobres”, que se acumulou nas mãos de alguns poucos e se converteu na riqueza dêles. O “rico” acredita que o trabalho criador da riqueza que ostenta foi o seu, pessoal; não pode perceber que o trabalho é sempre o do trabalhador, e que, êle, rico, na verdade não trabalha. Esta tese talvez à primeira vista se afigure paradoxal, pois é sabido que mesmo os homens de maior fortuna, os magnatas, os mais poderosos banqueiros e industriais, comparecem diariamente aos seus escritórios e passam grande parte do tempo ocupados na direção dos seus negócios. Porém esta atividade, que chamam de “trabalho”, na verdade não o é. Este assunto será discutido nas páginas seguintes dêste caderno. O trabalho é do trabalhador, sòmente dêle, que, por enquanto, é pobre. E é pobre

justamente porque trabalha, o que demonstra que o faz, num regime no qual o trabalho não reverte em benefício de quem o executa, mas é capturado por outro, que dêle se apodera e o converte em origem de riqueza individual privada.

Na forma de produção capitalista o dono do capital empresa o trabalho do operário e por êle paga um salário que lhe parece justo. E lhe parece justo porque acredita que está pagando *todo* o trabalho que o operário forneceu. Donde, não só economicamente ser julgada correta esta transação, como moralmente parecer lícita e perfeita. O operário, em princípio, nada tem a reclamar. Trabalha e recebe o justo preço do seu esforço, conforme as condições econômicas determinam. Na verdade, porém, esta transação é fraudulenta, injusta e portanto imoral, porque o operário não recebe o equivalente à totalidade do valor dos bens que produz, mas apenas parte dêsse valor. O restante fica em mãos do capitalista e vai constituir precisamente a origem da riqueza pessoal. Compreende-se, assim, que a riqueza individual é fruto do trabalho coletivo do trabalhador, apenas, no regime vigente, detida por pequena minoria, em vez de reverter à totalidade das massas que labutam nas oficinas e nos campos. Para cobrir com o manto da dignidade a espoliação essencial que praticam, os “ricos” são obrigados a estabelecer uma escala de valor do trabalho, colocando o seu, é claro, no traço mais alto. *O “trabalho” do rico, que consiste em acumular o trabalho não pago do trabalhador, é valorizado como o mais elevado modelo de atividade; mas ao mesmo tempo êste modo de pensar demonstra que só é admitido como “trabalho” dentro de um regime que permite essa atividade. Não se trata em tal caso da relação direta do homem com a natureza, para efeito de aproveitar as forças produtivas que a inteligência descobre, or-*

ganizando-lhes o aproveitamento segundo relações humanas equitativas; trata-se do “trabalho” que consiste em coordenar de determinada forma, injusta, exploradora, desumana, o verdadeiro trabalho, o dos outros, o dos trabalhadores. Por conseguinte, descobrimos que no fundo da questão: “Por que há ricos?” o que se contém é a investigação da origem, natureza e modalidades do trabalho humano. Sem enveredar por êste tema, estamos em condições desde já de verificar a diferença entre o verdadeiro trabalho e o falso, o que consiste em montar um aparelho de domínio social para se apoderar do outro, e vigiar para que não se altere êste sistema. O rico, a rigor, não trabalha, porque o objeto do seu “trabalho” é que é o trabalho, porém êste é o dos outros, o dos operários. Seu “trabalho” limita-se a fazer os outros trabalharem.

Evidentemente a seus próprios olhos esta atividade representa trabalho, e mesmo a forma mais alta, mais digna e valorizada. Mas em essência não é. De fato, o “rico” só é tal porque possui o trabalho que se converteu em capital; na administração e multiplicação do capital se esgota tôda a sua atividade, que julga ser trabalho. Por natureza, o “rico” não pertence à esfera do trabalho mas à do capital. Sendo êste a materialização da parte do trabalho que o trabalhador não recebe, o rico na verdade não trabalha, só “capitaliza”. Esta constitui a sua atividade pessoal distintiva; “capitalizar” é o verbo simétrico e oposto ao verbo “trabalhar”. O contrário do trabalhador não é o não-trabalhar mas o capitalizar. O capital aparece aos seus possuidores como resultado natural da ação por êles exercida na sociedade, e que, por isso, julgam ser “trabalho”. Sendo na verdade o antitrabalho, é responsável não só pela ordem social vigente, como por tôda a estrutura de valores que a ela estão ligados, inclusive a situação de riqueza que

os proprietários consideram moral e permanente. Pelas doutrinas econômicas que cultivam, o capital é concebido como fator indispensável da produção social; assim sendo, é sempre benéfico na essência, além de ser eterno na existência. A sociedade civilizada em conjunto exige, para subsistir, a composição harmônica destes dois fatores permanentes, capital e trabalho. Sempre foi assim e sempre há de ser. Donde, o que se impõe, para tranqüilidade de todos os homens é encontrar formas de governo da comunidade, modos de produção dos bens sociais, que garantam a perfeita concordância dos dois fatores, dividindo entre eles, em proporção justa e equitativa, a totalidade dos bens, que, unidos, produzem. A paz social depende desta harmonia e só estará assegurada quando não houver mais possibilidade de conflitos entre capital e trabalho. Não chegamos ainda a esta fase, é bem verdade, porque há espíritos mal intencionados que atuam em sentido oposto ao da aliança dos fatores sociais fundamentais, criando rivalidades, e até pregando doutrinas que dizem ser inexequível tal conciliação. Mas essas dificuldades são obra de nefastos agitadores, de invejosos ou de lunáticos. Houve, é certo, alguns pensadores respeitáveis que procuraram demonstrar com argumentos científicos a impossibilidade daquela acomodação, pois a natureza dos fatores referidos é antagônica e jamais permitirá pacífico entrosamento. Daí concluírem eles que na sociedade tem de haver permanente estado de inconciliação entre a classe dos que detêm o capital e a dos que só exercem o trabalho. Tais doutrinas, porém, são errôneas, não merecem a aprovação dos "ricos", são combatidas pela parte mais sadia da sociedade, não só os pensadores de melhor quilate, os professores universitários mais admirados, os jornalistas mais reputados, mas ainda têm contra si o pensamento e a palavra das instituições ecle-

siásticas, por natureza, infalíveis. Logo, a riqueza privada, mesmo sendo simples decorrência da posse do capital, é fato inevitável e irremovível no panorama social, nada tem de desonesto ou de revoltante, pois decorre de um estado de coisas natural, que seria inútil tentar modificar. Por conseguinte, o que os operários, não participantes do capital, têm a fazer é se acomodar à ordem vigente, lutar dentro dela para melhorar um pouco a existência, embora sabendo de antemão que a divisão dos homens entre capitalistas e trabalhadores é fatal e definitiva.

Eis a teoria de que se valem os “ricos”, — e que na obra dos sociólogos chegados à burguesia e na palavra dos oradores sacros é repetidamente defendida e justificada — para acreditar que sua situação é sólida e moral, e fazer crer aos operários que só devem se esforçar por obter reivindicações parciais, simples tentativas de se ajustarem à organização atual. No entanto, a verdadeira teoria da história demonstra a falsidade dessa cavilosa doutrina, e a prática da luta das classes oprimidas em prol da sua libertação atesta o infundado da crença na permanência do domínio de uma classe opressora rica. Nascido com a divisão social do trabalho, terminará quando o povo, em sua totalidade, se apropriar dos produtos que o seu esforço, físico e intelectual, cria. A condição para que se destrua a supremacia da classe ociosa e farta é o incremento da consciência das massas, a compreensão das causas sociais da miséria e da obediência em que vegetam, e isto não pode ser conseguido pela exortação oral, mas apenas pela luta prática contra os fatores adversos, conduzida por líderes surgidos dessa própria massa e pelos intelectuais que com elas sinceramente se identificam. Mas de nada adiantará a luta violenta e obstinada se não for guiada pela correta teoria social, que fornece as normas

da ação, define os objetivos a atingir e infunde as esperanças de triunfo. Nestas condições as massas compreenderão que seu cativeiro não é definitivo nem constitui fatalidade social. Os “ricos”, ou seja, a classe dominante, se iludirão durante mais algum tempo, pois os seus ideólogos se encarregarão de entorpecer-lhes os sentidos. A realidade, porém, não depende das mistificações de interesseiros sociólogos e sim de causas materiais pertencentes ao seu processo próprio. A pretendida paz entre o capital e o trabalho, pela qual se esforçam os luminares dos partidos dominantes, os grandes pensadores da Associação Comercial, algumas altas Patentes, bondosos Pastores de almas, ativos corretores da Bôlsa e os outros milionários em geral, não será jamais alcançada, e disso dão prova as permanentes crises econômicas do regime, e sobretudo as inquietudes, as exigências e a revolta das classes trabalhadoras, urbanas e camponesas. Os “ricos” sentem que o solo sôbre o qual pisam trepida, o que deveria convencê-los de que habitam uma região vulcânica. Da precariedade de sua situação, nenhum sinal lhes aparece mais claro do que a ocorrência das greves, com freqüência cada vez maior. Já dissemos o que, para nós, significam, em essência. Vejamos em duas palavras mais o que constitui os fundamentos sociais das greves.

POR QUE HÁ GREVES?

O CIDADÃO COMUM, QUE, AO SAIR DE CASA, VERIFICA certo dia não haver transportes urbanos porque os empregados dêsse serviço se declararam em parede, ou lê nos jornais que determinada categoria de trabalhadores paralizou o trabalho, defronta-se com o fenômeno da greve e, tenha ou não simpatia pelos motivos que a determinam, certamente emitirá uma opinião para explicá-la: “os operários realmente precisam de melhores salários”, “o dinheiro não dá mais para se viver”, “são uns agitadores incorrigíveis”, “isto não aconteceria se houvesse governo neste país”, etc. São justificativas simplistas. Mas não diferem em princípio aquelas elaboradas por muitos pensadores sociais que, embora não repetindo as trivialidades que citamos, têm de comum com elas a natureza superficial das explicações apresentadas para o fato da greve. Neste mesmo gênero se enfileiram, em geral, as que são dadas, ou aceitas, pelos patrões quando se defrontam com o surto grevista.

Vemos, pois, que existem duas classes de explicações do fenômeno da greve: as que o apreendem na superfície, na aparência, na imediatidade do fato; e as que lhe penetram a essência, e por isso são as únicas a ter valor científico. Caracterizam-se as interpretações ingênuas pela tentativa de estabelecer uma relação causal entre a presente ocorrência da greve e um fato ou

situações precedentes imediatas, tais como insuficiência do salário, provocação de agitadores profissionais, exigência de libertação de um companheiro prêso ou maltratado, antipatia dos dirigentes de empresa, etc. O traço geral desta espécie de explicações está em permanecer na superfície dos acontecimentos, e portanto em tomar a greve como fenômeno superficial, ligando-o a outro do mesmo tipo. O antecedente tanto pode ser um fato objetivo, a penúria de recursos, algum incidente pessoal, quanto uma situação psicológica, um estado de espírito, a "má vontade" das massas trabalhadoras ou a excessiva avareza dos proprietários; o que define este modo de apreciar e compreender um dado da realidade é proceder sempre mediante a ligação de um acidente do processo a outro acidente, o que faz da greve simples ocorrência conjuntural, incidente exterior, episódio momentâneo devido a causas também momentâneas. A greve é considerada como "fato do dia", às vezes incômodo para a população, quando a afeta em larga extensão, mas pertence à camada externa da realidade e sua compreensão se esgota na descoberta do fator conjuntural que a provocou.

Tal espécie de explicação é completamente errônea e conduz aos mais graves equívocos e desinteligências. Ignora que a greve só revela sua verdadeira causalidade quando lhe captamos a essência, o que unicamente acontece quando a relacionamos com a natureza do processo total da sociedade onde tem lugar. Significa isto que não podemos apreciá-la apenas pelo aspecto conjuntural, mas somos obrigados a investigar-lhe o aspecto estrutural. A greve, como fato social, tem, por conseguinte, uma face externa e uma essência interna. Para compreendê-la em sua plena realidade é preciso abarcar os dois aspectos ao mesmo tempo, apreendendo-os na mútua dependência que os liga; consideran-

do-a, por um lado, como episódio imediato, e neste sentido buscando associá-la a um acidente explicativo direto anterior; mas igualmente verificando que essa relação causal superficial só pode existir, e apresentar-se como causa externa do fato, em virtude de condições estruturais profundas. Estas últimas não pertencem mais à categoria do efêmero diário, mas se revelam como constitutivas da presente fase do processo objetivo da realidade. Sendo fase é também transitória, mas as leis segundo as quais se transforma o tipo de causalidade que a condiciona, e a duração que possui, são de outra ordem, pertencem à dinâmica interna do processo geral da sociedade.

Assim entendida, a greve, pelo aspecto externo, torna-se índice ou “sinal” de uma realidade subjacente, a estrutura do processo vigente no momento na sociedade. É possível *como acontecimento* porque a realidade é tal *como sistema*. Eis o que nos parece importante acentuar, pois graças a esta conceituação as greves que todos os dias observamos servirão como valioso indício para compreender a realidade do País e a fase histórica vivida pela sociedade. Sòmente em determinadas formações sociais podem ocorrer greves. Noutras não, porque, conforme dissemos, a essência da greve se encontra na conversão do “trabalho para outro” em “trabalho para si”. Por conseguinte, apenas nas formações sociais onde se verifica a alienação do trabalho, onde os operários não recebem a totalidade dos benefícios da produção social, há condições para se tornar fato social externo, objetivo, a reivindicação do “trabalho para si”. Esta não tem sentido nas sociedades nas quais cessou a exploração do trabalhador, em virtude de ter sido extinta a apropriação privada dos resultados da atividade humana. A greve só aparece como agitação de massas dependente de causas imediatas para quem

não vê senão o aspecto externo dos acontecimentos. Sendo, porém, em essência, manifestação da etapa presente do todo do processo nacional, o que nela importa apreciar é a altura em que se encontra a consciência revolucionária das massas, por ela indicada. Enquanto dado da conjuntura, tem sentido relativo e duração provisória, podendo ser resolvida vencida pela brutalidade da repressão policial; mas enquanto resultado da estrutura, só deixará de existir quando essa mesma estrutura fôr substituída por outra, na qual não seja mais possível, por definição.

Merece particular atenção o aspecto externo, embora secundário, da greve, porque é êste o que a consciência ingênua das classes dirigentes considera principal, senão o único dotado de importância. Na sua filosofia de classe alienada e exploradora, a greve constitui delito social. Rompe a ordem estabelecida, e por isso a mentalidade dos magnatas mesmo quando lhe reconheça causas justas, nunca a aceita como natural, acreditando sempre que poderia ser evitada por negociações com as massas trabalhadoras se estas não estivessem envenenadas por idéias subversivas. Mesmo reconhecendo-a teòricamente como direito dos trabalhadores, na prática jamais a admite como normal. A classe dirigente tem espontânea reação repressiva em face de um movimento grevista. Antes de examinar a justiça das reivindicações dos assalariados, sua primeira reação é recorrer ao esmagamento pela violência, às medidas policiais para desarticular os entendimentos entre operários. Só quando o ímpeto do movimento é tal que parece difícil de ser abortado pelas medidas repressivas iniciais, declarando-se como estado de fato a greve pacífica, é que a classe dirigente se resolve a aceitá-la e discutí-la. Os litígios trabalhistas, que uma legislação propositadamente estabelecida para desfibrar a cons-

ciência reivindicatória das massas procura prolongar o mais possível, tendem a se converter em atitude partidista declarada quando não há outro recurso para fazer recuar os exploradores e lhes diminuir o poder. Nada há de comum entre o litígio e a greve. O dissídio coletivo pode servir limitada e taticamente como instrumento de luta de determinada categoria profissional, mas enquanto esta implicitamente aceita as regras do jogo jurídico da classe dominante, admite de antemão participar das Juntas de Conciliação, retira ao dissídio todo significado profundo, e o faz não se confundir com a atitude grevista, cuja essência é outra. Claro está que, apesar disso, e principalmente porque são muitas vezes o prenúncio da greve consecutiva, os dissídios, mormente os que têm por substância exigências de aumento salarial, contribuem para o treinamento de consciência das massas trabalhadoras. São um bom exercício para elas e uma advertência para os grupos patronais. Mas permanecem no quadro da legislação vigente, não se rebelam contra os Códigos em uso, são resolvidos por tribunais competentes, o que significa, por instituições da própria classe dominante, e por isso não representam nada de verdadeiramente importante do ponto-de-vista da progressão objetiva do processo de transformação social, a não ser a eventual passagem dêsse estremecimento de relações entre operários e patrões a outra modalidade, qualitativamente diferente, a greve.

Poderia indagar-se o que ganham os operários ao fazer greve, e que resultados realmente obtém o processo nacional em seu avanço inevitável, pela eclosão dessas crises e interrupções no curso da produção. Os ideólogos da classe dominante, inimigos forçosos da greve, mesmo quando dizem que deve ser amparada por conveniente estatuto jurídico, proclamam, como tese ge-

ral, sua nocividade. Não se trata de distinguir, dizem, entre greve justa e injusta; trata-se de avaliar o que de fato adianta para o operariado paralizar o trabalho. E declaram que, feitas as contas, mesmo nos casos de razoável justificativa para a greve, esta acaba sendo sempre prejudicial ao operário donde, valer mais limitar-se a aceitar as resoluções das Juntas de Conciliação sobre dissídios coletivos, ou, então, renunciar de vez à parede e suportar a situação desfavorável, do que deflagrar um movimento que, em última instância, ainda que traga pequenas vitórias à classe, não compensa as agruras, os perigos e as decepções individuais que causa. Partem do princípio de que a estrutura capitalista vigente é sólida e definitiva. As greves não a poderão derrocar em hipótese alguma. Levarão, talvez, os patrões a certas concessões, que os operários consideram como conquistas suas, mas na verdade são ilusórias vantagens, pois o sistema dominante reage ao abalo e encontra meios de anular as concessões que tem de fazer sob a pressão do clamor grevista. Com a mais cínica coragem declaram os teóricos da alta finança e da grande indústria sua descrença no papel progressista das greves, porque, do seu ponto-de-vista, uma das qualidades do regime que defendem é justamente a capacidade de superar as dificuldades opostas à classe dominante pela rebeldia dos oprimidos, aumentando-lhes a opressão. Como as normas éticas do sistema permitem este procedimento, a greve torna-se realmente inútil, pois conquanto venha a dar aos reclamantes os resultados imediatos exigidos, não conseguirá nunca retirar do sistema a capacidade de reorganizar-se de maneira a anular logo a seguir os benefícios concedidos sob coação. Por isso, a classe operária nada tem a esperar das greves, porque a classe dominante, entre os instrumentos de domínio que maneja, possui aqueles que servem para anular os efeitos,

momentâneamente valiosos para os assalariados, das paralizações do trabalho. Segundo tal teoria toda greve por definição fracassa, porque de duas uma: ou é esmagada pela repressão violenta sôbre ela exercida pelo poder público, a polícia, a serviço da classe patronal; ou falha porque os benefícios conquistados pelas massas trabalhadoras são imediatamente anulados pelos patrões, os quais são donos dos meios de produção, manobram o mecanismo de fixação dos preços, aplicam a legislação do salário, valem-se da dispensa dos empregados etc. A greve é, portanto, uma ironia, dizem os sociólogos de aluguel; mais vale o operário suportar a situação, “dar um jeito na vida”, procurando cada qual sair individualmente das aperturas em que se acha, do que lançar-se à aventura de um movimento social coletivo, com escasas probabilidades de vitória imediata e votado a inevitável derrota a prazo médio.

Se nestes conceitos se compendia a filosofia dos escribas a serviço das Associações Comerciais e das Federações das Indústrias, não precisamos dizer que bem outra é a compreensão da massa trabalhadora. Seu modo de julgar é exatamente o oposto daquele referido antes. *Para o trabalhador a greve não fracassa nunca*, mesmo quando é impedida, frustrada pela incompreensão ou traição dos “fura-greves”, derrotada pela violência ou apenas parcialmente vitoriosa. *Enquanto para o patrão a greve fracassa sempre; para o operário é sempre triunfante*. Por que isso se dá? Porque a consciência do trabalhador se determina por uma constelação de conceitos que evidentemente faltam ao empregador. O operário vê no movimento grevista o gesto comprovador da sua qualidade de sujeito humano do trabalho, de sua soberania sôbre as forças produtivas e as relações sociais que o envolvem, donde produzir sempre, qualquer que seja o desfecho, um avanço no desenvolvimento da

consciência das massas e um incremento do seu potencial político. Já o patrão, confiante no poderio da estrutura social vigente, não teme êsse avanço porque acredita dispôr de recursos ilimitados para fazer frente a êle, conservando em qualquer eventualidade, mesmo mais séria e dramática, o domínio das circunstâncias que lhe asseguram a supremacia social. A greve representa apenas um mal-estar, passageira enfermidade do corpo social, mas sabe que possui os remédios inevitavelmente eficazes para combatê-la.

Cruzam-se, assim, os pontos-de-vista das classes antagônicas. A dominante acredita que sempre vencerá a greve; a dominada acredita que sempre a greve vencerá. Para uma ela constitui a oportunidade de reafirmar o seu poderio; para a outra o mesmo se dá, apenas com sentido oposto. Os patrões se esforçam por explicar aos operários que nada têm a ganhar com o movimento grevista; êstes, ao ouvirem tais preleções, compreendem, em vez disso, que nada têm a perder com êle. Por isso, a greve lhes parece em qualquer caso vantajosa, pois que contam ganhar com ela coisa diferente do que julgam os patrões. Mesmo obscuramente, e sem estas explanações aqui desenvolvidas, a consciência trabalhadora descobre que ao paralisar o trabalho executado a sôlto de outros está na verdade visando a duas finalidades: uma, a conquista do objetivo imediato, declarado, que aparece como único motivo ou causa da parede a quem a observa de fora, conforme se dá com o próprio patrão; outra, a modificação estrutural do sistema de trabalho, ou seja, a destruição dos procedimentos espoliativos que geram o fato ou situação superficial de que, na aparência, decorre a greve. Êste é o modo de perceber do operário. Para êle a greve significa duas coisas, enquanto para o patrão significa uma só: a exigência imediata da categoria profissional

em questão. Por isso quando esmaga o surto grevista ou lhe satisfaz de má fé as exigências mínimas, o patrão se considera vitorioso e acredita que o operário nada ganhou. Mas êste, como visava a dois fins, mesmo vendo-se frustrado no objetivo superficial imediato, embora vital, nunca deixa de ser vitorioso no objetivo essencial, mediato, profundo: o avanço da sua consciência de classe.

Tôda vez que o operário, pela ação paredista, assume momentâneamente o comando do trabalho, está dando um passo adiante no processo da conquista definitiva dêsse comando. Claro está que, nas circunstâncias atuais, êsse domínio é curto; logo a greve cessa por êste ou aquêle motivo, e os donos da produção retornam à gerência dos estabelecimentos. Mas a etapa da consciência do trabalhador não é mais, então, a mesma de antes. Fêz a experiência da libertação, da possibilidade de passagem do trabalho ao seu exclusivo controle; êste fato não apenas o enriquece moralmente, como lhe dá a certeza de poder construir, pelo esforço conjunto de todos os trabalhadores, outra estrutura social onde a situação da ausência da espoliação, que transitòriamente experimentou — embora em forma de simples cessação do trabalho — se converta em realidade permanente. Assim sendo, o problema dos resultados a obter com uma greve em planejamento aparece às massas com dupla face. Quanto aos resultados profundos, essenciais, êstes existem sempre, a tal ponto que cabe dizer não haver parede derrotada. Quanto, porém, aos resultados superficiais, dependerão das circunstâncias e só a análise cuidadosa destas determinará a conveniência, ou não, de deflagrar o movimento. O desencadear da greve torna-se, assim, uma questão de tática na política da classe trabalhadora. Sem dúvida, são as considerações desta ordem que assumem

prioridade no julgamento da oportunidade, ou não, do movimento paredista; porque há sempre custos materiais, desgastes de energias, e até, com triste frequência, sacrifícios de vidas humanas, nas batalhas contra as forças da repressão. Mas, deve sempre ser levado em conta no exame da situação o aspecto essencial, fundamental, o ganho do processo de consciência das massas. Estas considerações explicam porque muitas vezes são iniciadas greves de pouca duração ou de limitadas probabilidades de triunfo. É porque, em tais casos, terá se mostrado mais útil obter o lucro representado pelo incremento da consciência popular do que renunciar a êle em vista das perdas eventuais com o inevitável desbarato do movimento nas circunstâncias em que é lançado.

Cada vez mais a compreensão dos líderes operários, pela *praxis* de suas lutas, os vai capacitando a efetuar esta análise e a proceder com certa apreciação nas decisões grevistas que são forçados a tomar. Não necessitam de hábeis políticos que os guiem, nem de sociólogos que os esclareçam, pois a autêntica sociologia é aquela que nêles se vai gerando como ciência do ser social, por efeito da participação na dinâmica do processo objetivo. Não precisam de uma ciência aprendida de fora, pois a vão adquirindo em seu ser coletivo, como classe, à medida que necessitam compreender a realidade onde se acham, para atuar convenientemente. Explica-se assim porque não existe uma sociologia da greve, com valor autêntico, mas apenas reflexões externas eruditas, partidas de pensadores a serviço da classe que precisamente não faz greve, porque não a pode fazer, os "ricos", os exploradores do trabalho alheio. O rico não somente é incapaz de fazer greve, como nem consegue sequer saber o que é a greve. De fato não vem a sabê-lo por experiência própria, pois não a faz;

e não pode sabê-lo aprendendo êsse conhecimento com outro, porque os únicos mestres que reconhece são os seus serviçais intelectuais, que lhes inculcam tôda espécie de teorias e explicações sôbre o fenômeno da greve e sôbre a estrutura da sociedade em geral, menos as verdadeiras. Porque estas, quem as conhece é a outra classe, *a que faz a greve*, porém não é aceita pelos poderosos como capaz de lhes ensinar qualquer coisa, muito menos as razões dos fatos que lhes são adversos. Dêste modo, é vedada à classe superior culta, o conhecimento da essência da greve, conceito que não pode figurar corretamente em seus manuais de sociologia.

Contudo, não se deve imaginar que os operários tenham a compreensão explícita do gesto que praticam. Êste lhes aparece também como consequência de um estado de coisas injusto ou francamente insuportável, como atitude de desafio e oposição aos patrões. Acreditam que fazem a greve para obter o fim imediato que têm em vista, geralmente melhorias salariais, em razão do incessante crescimento do custo de vida. Não possuindo explicitamente a formulação exata do fenômeno, também o apreciam nas suas elementares explanações, sômente na superfície. Por isso, seu natural movimento de vontade é recorrer à greve tôdas as vêzes que sentem necessidade de desafogar um pouco a condição econômica, mesmo sabendo serem aleatórias as vantagens visadas. No entanto, mesmo na ausência de clara percepção do significado essencial da greve, que não podem evidentemente enunciar, no estado de cultura onde se acham, a consciência das massas trabalhadoras progride pelo exercício da rebeldia paredista, e obscuramente se vai configurando em novos pronunciamentos, os quais, se por ora não chegam a ser reveladores da correta compreensão do processo, indicam progressiva aproximação a êsse resultado. Claro está que o operá-

rio não sabe, nos termos por nós expostos, que ao fazer greve está convertendo em trabalho para si o trabalho que deixa de fazer. Mas a *praxis* do gesto grevista ilumina-lhe a consciência de classe e o encaminha a uma nova compreensão da sua realidade, que, pelo sentido revolucionário que possui, o levará a promover formas sociais onde a força de trabalho não mais será vendida a um comprador particular. A ausência de teoria explícita nada prova quanto à existência e veracidade de uma compreensão da greve implicada na prática dos atos grevistas. Demonstra apenas que as massas ainda não produziram os pensadores que, saídos delas ou a elas ligados por identificação ideológica, tivessem desenvolvido e fixado por escrito a correta teoria da greve, valendo-se de conhecimentos que, na maioria, decorrem de formação filosófica geral.

Enquanto a greve fôr considerada como simples cessação de atividade, fuga, omissão, recusa, sua explicação se encontrará na teoria do trabalho, que apenas leva em conta a perspectiva econômica ou mesmo financeira, em que êste pode ser encarado. Na verdade, porém, exige-se a posse da autêntica filosofia do trabalho, aquela que tem fundo e forma filosófica, pois em última instância consiste em explicá-lo como manifestação da existência humana, como origem dos direitos do homem à plena humanização da vida, para, em consequência, se construir a legítima concepção da greve. Esta não consiste na suspensão do trabalho mas na continuação dêle sob outra forma, aquela que suprime a alienação do ato criador dos bens materiais e culturais. Não possuindo nem aceitando o correto conhecimento da causa real das greves, só resta à classe dominante usar de meios impróprios e ineficazes para debelá-las. Como não vê no caso outra coisa senão a exigência imediata das massas, ou cede, maquinando desde logo os

meios de se recuperar dos prejuízos recebidos; ou lança mão da força bruta para esmagar a rebelião paredista. De uma maneira ou de outra não consegue senão estimular a consciência popular, e fazê-la aproximar-se das formas superiores de apropriação do trabalho, já não mais com caráter transitório de greve, mas de real revolução.

A êste propósito convém examinar a relação entre êstes dois acontecimentos. De que maneira as greves podem ser entendidas como prelúdio revolucionário, e até que ponto pela freqüência e extensão com que ocorrem poderão conduzir à transformação geral e profunda das estruturas sociais, são questões que vale a pena discutir. Não há, quanto à essência, distinção real entre greve e revolução social. O que caracteriza a ambas é o mesmo objetivo de alterar as relações de produção existentes, a fim de pôr termo à alienação do trabalho humano, ou seja, de instaurar o regime do universal "trabalho para si". A diferença entre elas situa-se apenas nos aspectos exteriores. Enquanto a greve é uma revolução de curta duração, e em forma, meramente negativa, de parada do trabalho, a revolução é a greve definitiva, sob forma positiva de exercício do trabalho livre, desalienado, "para si".

Se a greve prenuncia a revolução e exercita as massas para fazê-la, não se deve admitir, contudo, a passagem espontânea, mecânica, de uma situação a outra. Nem mesmo a repetição constante dos surtos grevistas indica necessariamente a iminência de desfecho revolucionário das tensões sociais, mas apenas a existência das condições fundamentais, que explicam uns e o outro, e se resumem na alienação do trabalho humano inevitável no regime atual. Para que as greves, pela repetição, signifiquem que as massas se aproximam do surto revolucionário, é necessário que se esteja verificando, na

série considerada, a mudança da natureza dos motivos externos que as determinam, como sinal de que também vai mudando, se esclarecendo e aprofundando o processo da consciência trabalhadora, como reflexo do agravamento da situação econômica objetiva, que a condiciona. À medida que os motivos superficiais vão deixando de ser os de simples obtenção de vantagens imediatas, principalmente aumento de salários, e vão se tornando definidamente políticos, devemos ver nessa substituição indício de que o processo grevista se encaminha para alcançar condições superiores, as que desenharam a possibilidade do movimento revolucionário. Ao fazer esta observação não nos olvidamos de que apenas nos referimos ao lado exterior dos fatos, cuja causa íntima é o desenrolar da consciência do povo, motivado êste mesmo pelas transformações objetivas, econômicas, da realidade do País. Grande atenção devemos dedicar ao exame dos motivos externos, confessados, das paredes operárias, para verificar até que ponto já revelam a presença de exigências de caráter político, mesmo quando, especialmente nas fases iniciais do processo, estas se encubram ainda sob as aparências de luta por melhores níveis salariais. Quando as reivindicações econômicas são do tipo das que só podem ser atendidas por efetivas, embora limitadas, alterações de superestrutura no sistema vigente, como, por exemplo, necessidade de legislação especial ou modificação da existente, para atender a reivindicações trabalhistas inéditas ou que não encontram solução nos dispositivos legais em vigor, então êstes casos devem ser julgados como representando modalidades qualitativamente distintas, originais, superiores de greve, e verdadeiros avanços no processo da transformação social. São os movimentos dêste tipo que começam a adquirir sentido revolucionário explícito, ainda quando a princípio modesto,

e ameaçam alcançar em breve as formas mais perfeitas das greves políticas generalizadas, observando-se a completa abstenção do trabalho por tôdas as categorias profissionais, e a conseqüente parada da produção e circulação dos bens.

Pela amplitude dêste acontecimento, naturalmente decorrente de grave crise social, a greve geral é sempre um fato político de suma relevância. Quando ocorre, a possibilidade da fratura do regime, e da passagem a nova formação social, apresenta-se mais próxima, se não iminente, e dar-se-á, ou não, conforme as disposições da classe dominante, sua margem de possibilidade de ceder às pressões e prolongar por algum tempo mais o seu domínio, desfazendo, por medidas que conjurem a circunstância crítica, o dispositivo grevista geral. Quando tal possibilidade não existe, o que significa, quando as exigências das massas são explícita e insubstituívelmente a tomada do poder, só resta à classe dominante travar a batalha derradeira.

Por conseguinte, o estudo das motivações de determinada greve em curso tem a máxima importância, pois, como vemos, admitem elas tonalidades distintas, que, permanecendo embora como fenômenos de superfície, revelam contudo o grau de avanço da consciência proletária. A passagem do estado de greve ao de revolução pode fazer-se de modo contínuo e insensível, pelo simples espraiar-se do movimento e profundidade das suas origens. Nas modalidades mais adiantadas de mobilização grevista observa-se a capacidade das massas trabalhadoras de proceder de maneira organizada, planificada, e conduzir-se com unidade de comando, de tática e de objetivos. A passagem da greve espontânea, anárquica, "arruaceira", para as modalidades da parede organizada, unificada, obedecida com firmeza, clarividência e sem excessos irracionais, mede o grau de avanço do

processo revolucionário objetivo e sua probabilidade de próximo êxito.

Mas, pelo fato de ser um índice do processo de politização da consciência operária, a greve torna-se objeto das intenções maliciosas da classe contra a qual é feita, que dela se apodera, procurando corrompê-la e frustrar-lhe os efeitos. Referimo-nos à possibilidade da “falsa greve”, aquela que aparentemente é desencadeada pela massa trabalhadora, porém na verdade foi insuflada pelos patrões, produz-se com a conivência destes e serve apenas aos seus interesses. Tem-se verificado este caso com relativa freqüência. Percebendo a força crescente da consciência operária, os empresários descobrem que podem tirar proveito das exigências salariais dos obreiros, para, satisfazendo-as sob pressão, elevar ainda mais o preço dos produtos que fabricam, e ao final obter lucros maiores do que os arrecadados no período anterior à greve. Sob a alegação de que precisam atender ao aumento de salários exigido pelos trabalhadores, aumentam o custo das mercadorias ou dos serviços em proporção superior à do acréscimo ganho pelos operários, o que em última análise significa explorá-los em grau ainda maior do que anteriormente. Com a agravante de que em tal caso usam as legítimas reivindicações da classe operária para ocultar a operação de incremento da exploração não só dos próprios operários mas do público em geral, que necessita dos produtos ou dos serviços cujos preços foram acrescidos.

Dêste modo, gera-se a figura da “falsa greve”. Do ponto-de-vista dos operários trata-se de verdadeira greve, para o fim de obter certas vantagens, que de fato conseguem; o que os leva a crer que conquistaram uma vitória na luta social. No entanto, do ponto-de-vista da sociedade, como um todo, este tipo de greve seria inteiramente contraproducente se não deixasse dois saldos

positivos: o esclarecimento de consciência que, pelo simples fato de ser movimento reivindicatório, em qualquer caso, provoca nas massas; e o aprofundamento das contradições sociais, que a ganância dos espoliadores, momentaneamente vitoriosa, acarreta. A greve por instigação patronal é intencionalmente mantida e tem de contar com a participação do pequeno grupo de manipuladores das classes trabalhadoras, os pelegos, que nos sindicatos proponham a greve de conluio com os empresários. É certo que se faz necessário o terreno propício, uma razão plausível; mas o que distingue o tipo de greve maliciosa da verdadeira, é a qualidade do centro deliberador, o qual, na hipótese da falsa greve, pode ser identificado pelos autênticos operários como localizado nos grupos de aproveitadores da representação da classe, sempre ligados a personalidades políticas da esfera dominante, que se apresentam como líderes e defensores dos trabalhadores. Compreendendo a manobra, cabe aos operários denunciar essas astuciosas intenções dos setores patronais, e exigir que sejam diferenciadas as reivindicações legítimas que têm a fazer, dos intuitos malévolos dos patrões, que parasitam a reivindicação popular, para com ela se locupletarem pelo aumento da especulação. No país atrasado, quando a classe operária não está suficientemente organizada ou se acha entregue à direção de líderes infieis, por efeito da própria debilidade como classe e da legislação trabalhista que favorece o florescimento do peleguismo, são muito comuns estas falsas greves, que têm causas objetivas justas, mas são desencadeadas pelos grupos dominantes, porque servem aos seus propósitos. Esta circunstância constitui sério problema para a consciência idônea do operariado, pois, de um lado, não pode desinteressar-se do movimento paredista, uma vez que de fato existem sempre motivos ponderáveis para fazê-

lo; mas de outro, sabe que com tal atitude está ajudando os grupos patronais a explorarem com mais vigor a população em geral e, em particular, os seus assalariados, a cujas exigências aparentemente estão cedendo. Quando o salário de fome obriga, por exemplo, os trabalhadores em transportes urbanos a entrar em greve por melhores vencimentos, cria-se para a consciência dêles esta opressiva situação: sabem que seu gesto, inadiável e justo, vai prejudicar a grande maioria da população, que se verá obrigada a pagar não o simples aumento que lhes será distribuído, mas um *superavit* que, ao ensejo da greve, os patrões embolsam, ao elevarem as tarifas acima do que é suficiente para satisfazer os grevistas.

Dêste modo, a classe operária descobre a contradição em que se envolve ao entrar em greve: tem o direito de exigir, e o poder de obter melhores salários, mas não tem o domínio do mecanismo econômico, não controla os órgãos governamentais, de cuja decisão decorre êste paliativo que lhe é concedido. Não dispõe de meios para extirpar as conseqüências econômicas prejudiciais para o restante da população do gesto legítimo que pratica, justamente porque o contrôle do processo, na totalidade, lhe escapa. A classe dirigente, tendo o domínio integral do processo econômico, aceita a realidade da greve, mesmo a contragosto, porque possui recursos para corrigir os prejuízos que, de outra forma, lhe causaria. Admite a greve, incorpora à Constituição o direito do povo fazê-la, e até mesmo a estimula quando lhe convém, visto por enquanto ter todos os poderes para contê-la nos estritos limites em que não constitua fonte de reais prejuízos. Para a consciência proletária êste fato, porém, deve ser devidamente ressaltado, pois a contradição acima apontada, uma vez conhecida, levará à conclusão de que somente quando desaparecer o

comando da atual classe dominante, os movimentos reivindicatórios das massas, tendo perdido o caráter de manifestações de antagonismo social, encontrarão natural satisfação, dentro da nova estrutura de poder, sem o recurso à greve, e sem engendrarem os efeitos gerais nocivos a que aludimos. A contradição aludida não é senão o aspecto externo da contradição íntima definidora do trabalho alienado e causa de tôdas as greves, a natureza desumana do trabalho no regime capitalista. Nas condições atuais, a greve, significando a recuperação, pelo trabalhador, do trabalho para si, alberga uma contradição que, internamente, se consubstancia no antagonismo entre os interesses do operário e os do patrão e, externamente, na possibilidade de incremento de vantagens para a classe dominante.

A greve encomendada indica-nos o perigo da corrupção do movimento. Contudo, há sempre um aspecto positivo, que não falta em qualquer parede operária, mesmo quando visa a servir aos fins especulativos dos produtores. É o incremento da consciência das massas, que, enquanto fato social de significação e resultados objetivos, constitui o único aspecto da greve que não pode ser dominado pela classe dirigente. Nem a repressão policial, nem a recusa de atendimento, nem a insidiosa insuflação, nem a solícita convivência, impedem o avanço na compreensão da realidade que se opera no espírito do trabalho pela prática da greve. Assim sendo, a maldosa intenção dos "ricos", de que os operários façam greve para beneficiá-los, fracassa sempre, porque, mesmo quando colhem os frutos econômicos que esperam, pela elevação dos preços resultante do movimento grevista, não conseguem impedir o desenvolvimento contínuo de um fenômeno concomitante, que não desejam: a clareza de compreensão da realidade.

de, que se manifesta no espírito do trabalhador. A pergunta que intitula êste Caderno do Povo Brasileiro, “Por que os “ricos” não fazem greve?” pode ter agora adequada resposta.

POR QUE NÃO HÁ GREVES DE “RICOS”?

POR DUAS RAZÕES: PRIMEIRA, porque não podem fazê-la, porquanto não trabalham; segundo, porque não precisam fazê-la, pois acreditam que os operários a fazem para eles. Nesta resposta está o essencial de tudo quanto desejamos expôr neste opúsculo.

Os “ricos” não podem fazer greve porque, sociològicamente falando, *não trabalham*. Logo, não tem sentido dizer-se dêles que cessam ou suspendem uma coisa que não fazem. À primeira vista esta afirmação parece paradoxal, pois é notório que em conjunto a classe dominante, os “ricos”, são homens extremamente ocupados na direção dos seus negócios, na gerência de suas fábricas, bancos, emprêsas, na administração de suas fazendas, vivem em grande atividade, muitos mesmo em regime de aproveitamento total do tempo, à procura de novas transações e na defesa de complexos e extensos interêsses. Como, então, dizer que êsses homens não trabalham? Não será uma afirmação absurda, quando os vemos se queixarem de excesso de trabalho, se esgotarem na luta incessante que é a vida de empresário, e até mesmo declararem, com honra e orgulho, que trabalham mais do que qualquer de seus operários, carregando, além do mais, as pesadas responsabilidades que êstes últimos desconhecem? Na verdade, insistimos, os “ricos” não trabalham. Apesar de tanta agitação, de

tôda a ocupação do tempo, em que se consomem, *essa atividade não é trabalho*, porque é o serviço, exigido dêles, para a conservação, defesa e alargamento *do capital* que possuem. Não são homens de trabalho simplesmente porque são homens de capital. Assim sendo, a natureza dos esforços físicos e mentais que dispendem é qualitativamente diverso da que caracteriza a atividade dos assalariados. Estes trabalham de fato porque, no regime tual, vendem a sua fôrça de trabalho; os “ricos” não trabalham, porque se ocupam exclusivamente em comprar essa mercadoria. Como, nesta atividade consiste, em síntese, todo o dispêndio de energia que lhes ocupa o tempo, somos levados a concluir que não trabalham, no sentido real e exato da expressão, porquanto se limitam a agir adquirindo no mercado a fôrça de trabalho daqueles que efetivamente trabalham. Há, pois, completa diferença entre a “ocupação do tempo” por parte dos “ricos” e por parte da classe operária. Por mais fatigantes que sejam os negócios dos primeiros, e com efeito são, em essência, tal ocupação não constitui trabalho, sociològicamente falando, mas serviço em favor do capital. Aqui está a característica específica da classe dominante no regime atual. Sua existência decorre num contínuo esforço pessoal, numa interminável e zelosa vigília, — verdade é que bem recompensada por agradáveis ócios e prazeres — em favor do capital. Tudo o que fazem visa a conservá-los como guardiães do capital, e em tão sagrada missão, nesse sacerdócio da especulação, nesse devotamento à causa sacrossanta do lucro, consomem a existência, forjam as regras de conduta moral e não vacilam em tratar como adversa e distante da sua a classe dos que efetivamente trabalham.

A divisão entre capital e trabalho, no regime vigente, não tem caráter accidental, mas define a essência

da presente formação social. Não é acidental, mas profunda. Não admite composição, convergência ou harmonia entre êles, mas supõe a luta e o inconciliável antagonismo. O trabalho localiza-se em um dos polos desta oposição, e só nêle se encontra. Está ausente, por definição, do outro, e por isso só como figura de retórica, mas com absoluta inexatidão sociológica se pode dizer que o "rico", o capitalista, o dono do capital, trabalha. Quando se diz isso dêle, ou êle próprio, com ufania, o proclama, devemos compreender o sentido superficial, translato, equívoco da palavra "trabalho".

Na sociedade dividida em classes antagônicas só trabalha quem se encontra na classe trabalhadora, e esta, embora admitindo diferenciações secundárias, se define pelo traço específico de não possuir capital, mas unicamente certa força de produzi-lo, que vende àqueles que já o possuem. Não há meio termo. A posse do capital, obrigando o capitalista a ter de reproduzi-lo, de incrementá-lo, leva-o à situação de necessitar cada vez mais comprar o fator que o multiplica. Não pode retê-lo imobilizado ou estável. Ora, tal fator é a força de trabalho dos que não têm capital. Logo, o capital ou se destrói a si próprio, pela estagnação e definhamento, o que é absurdo imaginar que aconteça, ou se acha compelido a reproduzir-se, o que significa a ser aplicado segundo o procedimento econômico que o faz crescer e multiplicar-se. Este procedimento consiste na compra da força de trabalho das massas trabalhadoras. Não se pode, sem ironia, denominar de *trabalho* a atividade dispendida na operação de compra dessa mercadoria, pois esta última e só ela representa o trabalho.

Por conseguinte, o indivíduo cuja ocupação, mesmo fatigosa e absorvente de seu tempo total, se esgota na aquisição de tal mercadoria não trabalha, e por isso não pode fazer greve. O operário pode, porque traba-

lha para outro, e então quando se dispõe a trabalhar para si dá origem ao fenômeno social denominado greve; mas o "rico" não, porque não só não trabalha para outro como não lhe é permitido trabalhar para si, uma vez que simplesmente é alguém excluído da esfera do trabalho. Nada tem a ver pessoalmente com ela. Não pode trabalhar para si, porque quando está ocupado em desenvolver os seus negócios na verdade age como simples servidor do capital que possui; não se aplicam a êle as categorias de "trabalho para si" e de "trabalho para outro". Situado noutra classe, as categorias pelas quais deve ser entendida a sua realidade existencial e social são outras, que não cabe neste momento discutir. O importante está em verificar que a êle não se aplicam as categorias definidoras das modalidades existenciais do trabalho, correspondentes às condições econômicas em que é executado, e portanto, por êste motivo, não tem possibilidade de praticar o gesto grevista. As pausas ou a suspensão das atividades não são para êle greve mas lazer, férias, ócio, excursões, etc. Não significam a alteração substancial da sua condição, como no caso do operário, mas simples hiato temporal e exterior numa ocupação que permanece a mesma, o serviço do capital. A ocupação que socialmente o define é ininterrupta, apesar de tôdas as disponibilidades de tempo livre que a si mesmo conceder, porque consiste em relação de posse do capital, e esta não se interrompe.

A greve só externamente aparece como fato social; intimamente é fato existencial, pois representa a mudança nas relações sociais de trabalho que definem a natureza humana, embora na forma negativa do não-trabalhar. O "rico" não tem possibilidade de transitar de uma para outra dessas modalidades de trabalho porque sua realidade está vinculada à defesa do outro fator social, o capital, que não admite distinções objetivas

análogas às do trabalho. Não tem sentido falar em “capital para si” e “capital para outro”. O capital é por natureza um só e tem sempre por origem o trabalho daquele que não tem capital, que nunca chega a adquiri-lo, porque se pessoalmente o fizesse deixaria de pertencer à sua antiga classe e passaria a membro da outra.

Compreendemos, portanto, que a greve é uma ocorrência específica da classe trabalhadora, e só nela pode ter lugar. Eis porque os “ricos” não fazem greve. Se a realidade da sua classe se determina pela compra da força de trabalho alheio, só por metáfora teria sentido entender como greve a pausa na atividade de compra da mercadoria trabalho. Mas, como sabemos, êsse caso é imaginário, pois o capital não pode, nem tem motivos para deixar de se multiplicar, quer dizer, de repetir ao infinito a sua única operação. Não pára nunca, não interrompe por um só instante essa atividade que define a estrutura da presente formação social. Se o fizesse, por um minuto que fôsse, ruiria tôda a atual ordem econômica. Logo, não há descanso, não há “greve”, na incessante rotina de exploração do trabalho da classe não possuidora do capital. Por isso, o capital necessita não suspender nem por um momento o domínio social que exerce. O trabalhador pode, quando a isso se vê compelido, suspender a labuta em que se consome; mas esta atitude, como dissemos, não o faz passar a membro de outra classe, apenas lhe dá, momentâneamente, um direito que é seu, o de trabalhar para si.

Tem significado bem mais profundo do que à primeira vista manifesta, esta afirmação de que os “ricos” não trabalham. Resulta, com efeito, das condições estruturais da sociedade capitalista, que opõe, como fatores antagônicos, embora acredite que possa harmonizá-los, capital e trabalho. Se não quisermos, inadvertidamente, cometer um êrro conceitual, confundindo o que

é diferente e até mesmo contraditório, não tem sentido atribuir a qualidade de “trabalhador” ao capitalista. Neste último termo incluímos todos aqueles que se acham de fato na posse do capital, sob qualquer de suas formas, e não os que se lhes associam para ajudá-los em sua tarefa social espoliadora, embora, pelos altos salários ou participações nos bens que às vezes consigam, às vezes se vejam confundidos com eles. Claro está que ideologicamente fazem parte da classe dominante e lhe são obstinadamente devotados. Mas, o verdadeiro possuidor do capital, aquele que detém o direito de propriedade privada sobre os bens de produção, máquinas, dinheiro, instalações, terras, êsse não trabalha no sentido exato do termo.

Consideramos decisiva a aplicação rigorosa dêste conceito. Quando vemos a vida agitada e fatigante do industrial ou do comerciante sempre às voltas com seus problemas, que muitas vezes não lhe dão momentos de repouso, pareceria injusto dizer que são indivíduos que não trabalham. Mas, note-se que não estamos dizendo que não sejam pessoas ocupadas, e sobretudo preocupadas; o que afirmamos é que, sociologicamente, não trabalham, pois não vendem a ninguém a sua força de trabalho. Move-os o interesse do capital, e por isso não estão em condições de participar da greve. Como se julgam a si próprios pessoas de alta dignidade porque “trabalham muito”, são os “pilares da sociedade”, as “classes conservadoras”, as “forças produtoras”, têm como legítimo o direito de estabelecer o código de valores pelos quais se medem a si próprios, e medem os demais homens. A posse do capital assegura-lhes entre outras funções a de elaborar a estrutura legal, jurídica, ética, em que se enquadram, e que impõem aos que não pertencem à sua classe. A greve sendo um ato que lhes é estranho, como classe, acha-se incursa no código penal

que preparam para manter submissa a massa dos assalariados. Como não podem fazê-la, armam o dispositivo legal e moral que impeça os trabalhadores de realizá-la. O conceito de trabalho que a sua ideologia de classe lhes oferece permite-lhes verem-se a si mesmos não só como autênticos trabalhadores, mas até como os melhores e mais ativos trabalhadores. Na pauta de valores que adotam a inversão chega ao ponto de transferir para a sua classe a qualidade de verdadeiro trabalhador. Daí a freqüente referência à preguiça, à desídia, à malandragem do operário. Parece-lhes que o trabalhador trabalha sempre menos do que deveria, conforme a métrica moral que lhe aplica. Nunca estão satisfeitos com o trabalho dêle, que é sempre feito de má vontade, com malícia, pois o operário busca todos os pretextos para cada vez “explorar” mais o patrão. O capitalista, tendo estabelecido o código do trabalho, as leis trabalhistas, passa a julgar os trabalhadores pelos conceitos que lhe são convenientes, pelas normas que decretou para torná-los bons cumpridores do seu interesse. A greve representa uma fraude, pois interrompe o ciclo de reprodução do capital. Se o cumprimento dêste rito econômico constitui o supremo valor da classe dominante, a greve é, com razão, o mais nefando dos crimes. Representa a recusa do trabalho à pretensão essencial do capital. E isto não pode ser tolerado por quem considera o capital o arcabouço da sociedade.

Outra razão pela qual os “ricos” não podem fazer greve está em que *não precisam* fazê-la, porque, conforme dissemos, parece-lhes que os operários se incumbem de levá-la a efeito, tirando êles, os ricos, os proventos de uma decisão tomada pelos outros. Como no regime atual há sempre a possibilidade do patrão compensar com larga vantagem a margem de relativos prejuízos que a greve operária lhe causaria, não necessita

paralisar o seu “trabalho”. Consistindo êste, como sabemos, na vigilância do capital, uma “greve” nessa atividade significaria o descuido, o desinterêsse pela reprodução e aumento do capital, acontecimento que, como fenómeno de classe, é socialmente impossível. Sendo contínua a reposição do capital, que não admite ser interrompida sob pena de subverter-se a ordem econômica, a greve é inconcebível nesse ramo de “trabalho”, pois não depende da vontade do agente, o capitalista, promovê-la ou não, sendo inerente à natureza do processo a sua continuidade. Logo, a greve do capitalista constitui uma impossibilidade social e econômica. A classe dominante está condenada a não cessar de dominar; qualquer afrouxamento na pressão social significaria o ascenso de outra classe e a quebra da estrutura atual.

Existe, contudo, um gesto social partido da classe detentora dos meios de produção que poderia, por equívoco, ser comparado à greve, e como tal considerado por pessoas menos avisadas. Trata-se da figura jurídica do “lock-out”. Por êste termo se entende a paralisação da empresa, o fechamento da loja, a supressão do trabalho na fábrica por ordem da classe patronal. É acontecimento raro, na sua feição pura, sendo mais comum nas formas atenuadas e fraudulentas da sonegação, do retrainento, da diminuição voluntária da produtividade. Mas, em qualquer caso, nada tem a ver com a greve, nada tem de afim à essência desta última. Quando o patrão resolve livremente cerrar as portas da empresa como atitude de rebeldia econômica, quase sempre como revide a condições que lhe parecem desvantajosas, e reage por êste meio às pressões que sofre, não se deve confundir esta decisão com a greve, porquanto o patrão em tal caso não começa a trabalhar para si, nem se diria que está se recusando a trabalhar

para outro. De fato, em primeiro lugar, o patrão não trabalha, na acepção acima explanada, e ademais, não existe o "outro" a que esteja subordinado; o "outro" do patrão não seria evidentemente o operário, nem tampouco outro patrão, que não é pessoa "para quem" êle "trabalha", mas alguém que "com êle" trabalha. Os grupos produtores ou comerciais dominantes não entram em greve, mas apenas se valem de certas estratagemas econômicos de caráter criminoso, pelos quais suspende a ação e com isso sonega ao consumo os bens que produz ou distribui. A greve representa exclusivamente uma arma do operário contra o patrão, e quando êste procura revidar aos assalariados pratica um ato lesivo à sociedade em geral, pois não tem outra finalidade senão a busca de maiores lucros, ou seja, utiliza-se do expediente de paralisar a produção para, com maior afinco, proveito e crueldade explorar o povo, as massas trabalhadoras.

Para os patrões a greve dos operários se apresenta como uma emergência carregada de ambigüidade. De um lado, é desejável, porque os prejuízos que eventualmente causar serão logo a seguir compensados com o aumento geral dos preços e sobretudo com o incremento da pressão política que conseguem exercer, a seu favor, sôbre as cúpulas governamentais, acenando-lhes com o perigo da sublevação social; mas de outro lado, êste pretexto que preparam para amedrontar os dirigentes políticos, acaba por exercer efeito sôbre a própria classe patronal e lhe diminui a segurança, ao verificar que cada greve significa um passo adiante na consciência das massas e no processo de sua organização para a luta social. O fato aludido, a possibilidade de serem as greves utilizadas como instrumento de pressão dos empresários sôbre os centros de decisão governamental, precisa ser devidamente avaliado, pois tem

grande importância prática. A imprensa e as associações das “classes conservadoras” propositadamente procuram exagerar a amplitude e a significação dos movimentos grevistas, na esperança de reforçar o poder do mando dos grupos econômicos dominantes. Servem-lhes não só para elevar os preços das mercadorias, como para elevar igualmente a compressão política sobre as massas, exigindo leis favoráveis ao capital estrangeiro, estreitando os laços de aliança com os agentes do imperialismo, criando o clima de antipatia social contra os grevistas, tudo isto com o fito de desmoralizar o valor da resistência das massas trabalhadoras. Chegam mesmo a afirmar que a continuação desse estado de inquietação resultante da indisciplina dos operários, levará o País ao caos econômico, à revolução social, ao derramamento de sangue entre irmãos, calamidade para a qual não vêem outra saída senão o apêlo à intervenção estrangeira das forças mantenedoras da ordem no mundo ocidental e cristão. Insistindo em apontar o fantasma desta trágica eventualidade, esforçam-se por obter tôdas as concessões econômicas, da parte dos dirigentes políticos. Estes, desorientados e intimidados com a agitação social crescente, ignorantes das suas verdadeiras causas, deixam-se convencer pelos argumentos dos exploradores do trabalho nacional e não só protelam indefinidamente a votação do regulamento ou estatuto da greve, previsto na Constituição Federal, como admitem sem protestos, e executam a repressão violenta dos surtos de resistência popular.

A ambiguidade acima assinalada é constitutiva da mentalidade patronal: não teme a *greve do dia*, porque acredita que dispõe sobejamente de forças para vencê-la; mas ao mesmo tempo a teme, porque compreende, ao menos de modo obscuro, que a repetição e a amplitude cada vez maior do fenômeno são sinais de pro-

gresso de uma consciência social antagonica à sua. Tem a vaga impressão de que as coisas podem piorar a um ponto tal, que um dia uma greve geral, por exemplo, seja o início de sua final derrubada da posição de classe dominante. Para desanuviar o espírito e desfazer a inquietude, os indivíduos um pouco mais lúcidos das camadas altas, procuram refúgio nas teorias que os seus áulicos preparam, e que lhes demonstram a perpetuidade e solidez do seu domínio. Admitindo, nas concepções mais liberais, que a luta social é fato permanente, porém jamais conduz a decisões finais extremas, ou seja, não existe a possibilidade de vitória definitiva das classes dominadas; ou, ainda, que a situação de superioridade econômica dos atuais dirigentes, embora sempre assaltada e negada, é inabalável, — tranquilizam-se, e acabam por conceber a greve como fato natural, irreprimível, inevitável, mesmo freqüente, não chegando porém a conseqüências finais decisivas que determinem a quebra da estrutura atual. Graças a este modo de pensar banalizam a greve. Defendem-se do temor que lhes causa, considerando-a ocorrência trivial, embora desagradável, mas pertencente à mecânica do processo social, de que têm o comando seguro e indisputável; comparam-na às incômodas sacudídelas que fazem trepidar os veículos nos trechos maus da estrada. Em virtude desta concepção, a greve perde o sentido de gesto acumulativo de intenso potencial político no seio das massas, sendo julgada fato corrente, que não ameaça o sistema, justamente porque faz parte dêle, mas apenas demonstra não ser perfeito.

Dêste modo, a greve se converte numa espécie de justificativa moral para comprovar a excelência do regime, apenas significando que convém reforçá-lo por sábias decisões jurídicas, a fim de diminuir o número de choques entre o capital e o trabalho. A greve torna-

se, assim, motivo para fazer a apologia do capitalismo. Este sistema social, conforme recitam os seus sacristães, é tão humano, compreensivo e liberal, que admite a rebeldia grevista, aceita-a como pública advertência, que aliás recebe com tôda a humildade, para incentivá-lo a promover a necessária conciliação entre patrões e operários, visando ao bem geral. Uma vez que, segundo seu modo de entender, a sociedade não pode prescindir de ambos êstes fatôres, a greve aparece-lhes como instrumento da Providência divina, para chamar à razão os mais desatentos ou os mais empedernidos dos capitalistas, e lhes fazer ver que devem ceder um pouco dos seus privilégios em favor dos modestos operários, reduzir mesmo os lucros, se tal fôr o caso, em benefício das famílias pobres, comportarem-se com mais discrição e sobriedade nas festas e desperdícios de dinheiro, a fim de não ofender a dignidade dos que habitam na miséria e de não fazê-los perder a paciência, lançando-se numa rebelião que só os prejudicaria. A greve, quando limitada, sensata, ordeira, tem papel positivo, construtivo, segundo esta filosofia, porquanto contribui para manter viva nas classes dirigentes a noção de suas responsabilidades pelo bem dos "pobres", não deixando que se desmandem em degradantes esbanjamentos, e percam o senso do seu estóico dever de dirigir dignamente a sociedade. Se tal é a noção que os "ricos" têm da greve, se a êles não compete fazê-la mas apenas reprimi-la, é chegado o momento de perguntar por que os "pobres" são os únicos que sempre lançam mão dela, e com frequência cada vez maior, por que não lhes é possível renunciar a êste expediente, que se vai tornando fato de ocorrência diária no panorama nacional, nesta ou naquela categoria profissional. É o que examinaremos no último capítulo dêste Caderno.

POR QUE SÓ OS “POBRES” FAZEM GREVE?

A RESPOSTA DECORRE DE TUDO QUANTO ACIMA DISSEMOS: *porque só êles trabalham*. No país capitalista, especialmente no de economia subdesenvolvida, o trabalho compete, por definição, às massas assalariadas que, por seu modo de existência, são chamadas de “pobres”. Sabemos bem que esta denominação não tem qualquer significado sociológico científico, depende muitas vezes, da mesma maneira que a de “rico”, de uma apreciação impressionante; é antes um termo procedente de concepções teológicas, o qual, refletindo embora um estado social de fato, a miséria do povo, não contém nenhum significado bem delimitado. É um valor da teologia moral, que procura enaltecer a “pobreza” como bem espiritual, de fartas recompensas na vida futura, e levar os que labutam “aqui em baixo” no trabalho não pago pelos capitalistas, a aceitá-la com piedade, isto é, com submissão. Quando os teólogos debateram contra os “ricos”, que “não entrarão no reino dos céus”, é exatamente com a intenção de deixá-los tranquilos no reino, ou melhor, no reinado da terra. Ao exaltar a humildade, o desprendimento, a resignação à pilhagem, a beatice e tôdas as outras demonstrações de atraso e degradação do homem, — a teologia moral outra coisa não faz senão engrandecer, apenas em palavras ôcas, e sem qualquer efeito social, o valor do tra-

balho, justamente porque com essa pregação deixa livre o campo para a atividade dos que não trabalham, os exploradores do trabalho, senhores de escravos, nobres feudais, ou empresários modernos.

A “pobreza” não representa um conceito sociológico. É um modo de existência em que ainda vegeta a quase totalidade da humanidade dos países subdesenvolvidos, identificado por seus aspectos quantitativos e qualitativos, e perfeitamente explicável por causas econômicas objetivas, donde ser evidente que, removidas estas, deixará de haver “pobres” no mundo. A teologia necessita crer na perenidade desta suposta categoria social, mas a sociologia científica, apreciando a realidade com o emprêgo dos conceitos da teoria histórica do trabalho, mostra que os atuais “pobres” são apenas os servidores do capital, que êste se gerou pela acumulação do trabalho não pago, e que tais condições são passíveis de mudança e desaparecimento, como já está ocorrendo agora em cêrca de um têrço da humanidade, o mundo “livre do capitalismo” onde, em consequência, deixou de ter sentido a noção de “pobre”. Desaparecerá o estado de “pobre”, mas não, é claro, o de trabalhador. Apenas o que se dará é que as duas palavras não mais serão sinônimas, como acontece no regime em que vivemos. Quando o trabalho se torna socializado, suprime-se o adjetivo social “pobre”, que se converte em têrmo só dotado de sentido na perspectiva histórica do passado. O trabalhador, atualmente, não é “pobre” porque só possui o seu trabalho, mas porque não é dono senão de uma pequena parte dêle. O resto, quem recolhe é o patrão. O trabalhador deixará de ser “pobre” no dia em que possuir integralmente o trabalho que executa ou, noutras palavras, em que não houver patrão que lhe pague apenas uma parte do que sua fôrça de trabalho produz.

Enquanto êsse dia não chegar, o único meio de que o trabalhador se vale para se apossar integralmente do trabalho é recorrer à greve, a qual, significando a recusa da entrega ao patrão da parte de que êste costuma se apoderar, representa a total apropriação do trabalho pelo próprio trabalhador, ou seja, tudo se passa como se momentâneamente deixasse de haver patrões e só houvesse trabalhadores livres. É isto o que a greve significa. Daí decorrem suas conseqüências políticas. A greve constitui a experiência antecipada do regime socialista. Se, por um lado, no que se refere ao ser do operário é uma ocorrência existencial, de fundamento e causa econômica, por outro deflagra um processo político, que visa à definitiva supressão da classe patronal, ou seja, ao regime no qual o fator trabalho constitua o único determinante do processo social.

O trabalhador, no regime atual, faz greve porque é “pobre”, mas só é “pobre” porque é trabalhador. A condição de “pobre” não se mede em termos monetários, por índices de conforto físico, pela capacidade de utilização de serviços ou por outras quaisquer indicações utilizadas pela sociologia comprometida com os grupos dominantes; mede-se pelo estado existencial de “ser assalariado”. Observa-se aqui a estreita vinculação do fato econômico ao existencial. O ser pessoal do operário é função do ser social, do estado de desenvolvimento objetivo da realidade, do qual a consciência individual é reflexo. O ser do trabalhador, considerado pelo aspecto interno, existencial, revela-se portador de uma consciência que só pode ser comprometida quando referida aos aspectos externos, sociais, do ser do trabalhador, e explicada como decorrência da participação do indivíduo no processo social da produção econômica. O “ser operário” é um modo de ser do homem, cujo fundamento objetivo evidente se encontra na dependên-

cia econômica daqueles que detêm os meios de produção. Constitui, por isso, fato existencial, porque essa condição econômica engendra um tipo humano específico, característico da presente etapa capitalista, oferece-lhe um modo de viver que se avalia primordialmente por aspectos externos ou quantitativos, os quais se refletem em peculiares possibilidades da consciência. O “pobre” possui a possibilidade de alcançar determinado tipo de consciência de si e do mundo, que o “rico” não pode adquirir, precisamente porque a inserção dêste no processo da realidade se realiza por outro meio, pela posse do capital, pela prática quotidiana da exploração da força de trabalho.

Não reduzimos, é evidente, o fato da “pobreza” a um estado de espírito. Êste é precisamente o ponto-de-vista dos espoliadores, e dos sociólogos e teólogos que lhes fazem a côrte. O que dizemos é que, com fundamento objetivo na condição de dependência econômica do capital assalariante, geram-se, secundariamente, possibilidades de consciência nas massas operárias que as fazem ter uma representação da realidade, diferente da que é permitida a quem não se encontra no mesmo estado de existência. Ora, entre os elementos dessa representação conta-se a percepção do seu direito a não mais permanecerem como fornecedores de força de trabalho para outrem, mas a recobramos para si todos os proventos do trabalho que dispendem. Ao chegar a esta conclusão, que resume o conteúdo próprio da consciência que vê o mundo na perspectiva exclusiva de quem trabalha, o operário começa a discernir os meios que poderão aproximá-lo, na prática, da conquista de tal resultado. Ora, entre êstes meios está a greve. Compreendemos aqui porque esta não representa mero acidente da luta social, expediente tático para efeito de alcançar imediato fim útil, como, por exemplo, aumento

de salário; significa, antes de tudo, um “existencial”, um modo de ser sòmente permitido a quem se encontra em determinada situação de existência, no caso, o “existir como trabalhador”. Se é explicada por essa situação objetiva, de outro lado revela a íntima estrutura humana dêste modo de existência. Não constitui ocorrência banal, mas tem o valor de “vivência autêntica”, (se nos fôsse lícito usar da linguagem própria aos filósofos idealistas que utilizaram esta expressão, com outro conteúdo, é claro, para fazer a defesa dos princípios mais desumanos e impopulares, fascistas e capitalistas).

O termo “vivência autêntica” contém entretanto grande força expressiva e qualifica com justeza o “existir em greve”. De fato, durante o tempo em que nela permanece, o operário encontra oportunidade de praticar certos atos que nas circunstâncias habituais da vida não têm cabimento, descobre vínculos de sua realidade, alcança a revelação de valores espirituais originais, que nunca perceberia fora de tal emergência. Só então percebe o significado da essência humana, ao reconhecê-la como constituída pelo conjunto das relações sociais que o envolvem. A fraternidade que o liga aos companheiros na luta de rua ou nas deliberações dos sindicatos aparece-lhe agora como a revelação de um mundo ético original, ao qual só a greve dá acesso. O heroísmo que a luta grevista às vêzes suscita não se explica por motivos de egoísmo pessoal na conquista de vantagens econômicas imediatas, mas se compreende pela revelação de outra escala de valores, os de cunho altruista, socialista, que a consciência do operário em greve, de repente, apreende. O esclarecimento da verdadeira teoria do trabalho, na forma prática em que é possível à sua inteligência não preparada por noções teóricas, só tem lugar nos períodos de parede. Em tais momentos, sem que ninguém lhes ensine, os trabalhado-

res assimilam o significado real do trabalho como fato humano e, por via prática, tiram conclusões que concordam com a legítima teoria social. Passam a agir em função dessas conclusões, que a experiência da greve lhes ditou. A greve representa, portanto, a sua escola, o seu curso de sociologia. Dela aprendem aquilo que nenhum compêndio dessa matéria, tão comumente alienada, lhes ensinaria. E entre as coisas que começam a compreender acha-se esta: a greve, embora ditada por objetivos imediatos, não se explica *apenas* por êsses objetivos, mas só se entende quando colocada na trama do processo social que torna exigíveis aqueles objetivos. Eis porque exerce função pedagógica inapreciável, que nenhum teórico, nenhum demagogo conseguiria, por sábias lições ou por inflamadas arengas, levar à consciência dos trabalhadores. Abre à visão do trabalhador a realidade do mundo social em tôda a extensão e o faz descortinar o verdadeiro significado dos fatos que nela ocorrem. Numa consciência assim educada não há mais lugar para as atitudes de docilidade, desespero ou confusão. Nada adiantará daí em diante a propaganda dos artífices do capital, pois a essência dêsse fator espoliador está desmascarada; o sortilégio intelectual ou os sofismas veiculados pelos acólitos dos milionários não enganarão a ninguém mais.

A vivência da greve se constitui em ciência da realidade. É criadora de valores originais, os valores da nova sociedade de trabalhadores livres, cujo surgimento, e sobretudo cuja realização objetiva, a classe dominante tenta por tôdas as maneiras obstar. Sendo o principal dêstes valores a compreensão da essência humana do trabalho e, como consequência dela, a necessidade da solidariedade social de todos os trabalhadores, os arautos do pensamento dominante tentam fazer crer ao operário que deve reivindicar os seus interesses em caráter

sempre *individual*. Tal engôdo é o meio de fragmentar, de atomizar o movimento grevista. Este é o mais sério dos desvios que pode sofrer a consciência da classe trabalhadora: acreditar que depende do desejo individual, da ação pessoal de cada operário o sucesso das suas exigências. Na verdade, só a prática da greve conseguirá refutar esse capcioso argumento, demonstrando que, ao contrário do que propagam os divisionistas, apenas a classe trabalhadora unida, como um tódo, é capaz de conquistar os benefícios sociais que serão distribuídos à totalidade dos seus membros.

Levar o trabalhador a crer que a greve deve ser feita por êle como ato particular, embora conjugado ao de outros companheiros, é o máximo de insídia insuflada pela consciência interesseira dos sociólogos reacionários. Admitem a greve, mas querem que o operário a faça como questão pessoal, como quem entra em luta corporal com adversário particular. Dêste modo, a greve se esvazia do significado específico que possui: o de "vivência existencial" coletiva, vivência de classe. Porque, quando é praticada nesta forma demonstra ser reveladora da realidade da "existência operária", e entre as coisas que se contêm nesta revelação está a natureza de classe do motivo que originou a greve. Se esta é concebida como ajuste de contas pessoal do trabalhador com os seus empregadores, não vai além de simples estado de espírito subjetivo, repleto de conteúdo emocional, capaz de gerar atos individuais desconexos e violências improfícuas, sem caráter social positivo. Justamente por não estar sendo vivida como momento existencial autêntico, isto é, coletivo, de classe, presta-se a tôdas as deturpações e dá motivo a que se perca como ocasião para o fortalecimento da consciência popular. Mas, a repetição do fenômeno, a necessidade de disciplina na execução da luta, o acata-

mento do comando grevista, especialmente quando exercido pelos órgãos sindicais legítimos, impede ou restringe a ocorrência destas formas prejudiciais ou inúteis de “greve desvairada”, das modalidades vingativas e explosivas, para tornar o movimento paredista cada vez mais um ato calculado, uma deliberação consciente de tôda a classe trabalhadora, ou de alguma de suas categorias profissionais. Sòmente assim, a greve se enquadra progressivamente no processo da luta social, cessa de acontecer esporadicamente ou por motivo fútil, e se vai aos poucos convertendo em *procedimento metódico* de combate entre as classes sociais opostas, inconciliáveis no regime atual.

Vemos, portanto, que a greve, como fato histórico, constitui por si um processo regido por leis próprias, objetivas, inelutáveis. Começando às vêzes como simples, restrito e desorientado desafio pessoal do trabalhador ao patrão, evolui para formas qualitativamente superiores, até se realizar como gesto consciente da totalidade da classe trabalhadora na conquista de objetivos amplos. Quando alcança esta etapa, que poderíamos considerar a derradeira, seu significado, conteúdo e fins, tornam-se obrigatòriamente políticos. Em tal caso, o que o grevista exige não é mais um salário melhor, mas a tomada do poder político, com o fim de modificar a sociedade em conjunto, de modo a resolver o problema econômico que, pessoalmente, lhe interessa. Nesta fase superior, a parede operária tem de ser necessariamente generalizada e, ademais, só pode visar a fins políticos, pois da conquista dêstes decorrerá a satisfação de todos os demais. O trabalhador, tendo descoberto que a situação econômica que o oprime tem por superestrutura um regime político juridicamente definido, com leis e mandamentos éticos destinados a justificar o prolongamento indefinido de tal situação, com-

preende que a força opressiva que esta possui se espelha na presença daquele regime, no comando que outorga aos beneficiários do processo social espoliativo, e então percebe que não lhe será possível modificar o sistema que o aprisiona sem a conquista da central política, onde se guardam os botões de comando do processo social. A greve torna-se, em tal caso, um instrumento natural para a conquista do poder.

No país atrasado e dominado pelo imperialismo, onde, por conseguinte, não estão ainda presentes as condições para chegar a esta última etapa do processo histórico da greve, não se pode contar com este movimento senão para alcançar objetivos mais modestos, os quais, entretanto, vão se avolumando e confluindo para as modalidades superiores. No Brasil atual, achamo-nos a meio caminho, quer-nos parecer que estamos ingressando na fase em que começam a ser viáveis as greves generalizadas, com nítidas finalidades políticas. Temos apreciado esboços de tais fenômenos nos recentes acontecimentos que marcaram as crises do regime no ano passado. A possibilidade da parede operária não mais para reivindicar simples melhorias salariais, mas com a deliberada intenção de impedir a consumação de determinado ato político, por exemplo, a ascensão do poder dos grupos mais reacionários da sociedade, torna-se cada dia mais provável, e documenta o progresso da consciência das massas. Estamos nos aproximando das fases decisivas, quando a greve dos trabalhadores desempenhará importantíssimo papel na dinâmica do processo histórico. Os Pactos de Unidade Operária, a formação de Centrais e Confederações de Trabalhadores, cada vez mais dotados de direção consciente esclarecida e vigorosa, expurgados que vão sendo da praga do peleguismo, fenômeno inevitável nas condições até há pouco incipientes da nossa organização sindical, ca-

minham no sentido de consolidar a unidade das massas trabalhadoras em amplas frentes de luta, tão amplas que em breve traçarão a extensão da linha divisória entre a humanidade trabalhadora e os reduzidos grupos de exploradores que dela se utilizam como força produtiva.

A greve isolada, forma primeira e elementar das reivindicações populares, constitui acontecimento pertencente a uma fase a bem dizer concluída em nossa história. Achamo-nos agora no trecho que poderemos denominar de “fase das greves múltiplas”. Com efeito, não há dia em que não se leia nos jornais a notícia de se haverem declarado em parede várias categoriais profissionais, ou em que não ocorram surtos grevistas simultâneos em diversas regiões do País. Constitui êsse período um segmento bem definido do processo geral. Não existem ainda, configuradas, as condições para as grandes greves gerais, que caracterizarão a próxima e última etapa. Por isso, dissemos estarmos a meio caminho. A desintegração da estrutura econômica vigente se realiza agora por múltiplas fraturas, mas o conjunto ainda resiste e se reequilibra no meio dêsses numerosos mas desconstruídos abalos. Vai para a frente assim mesmo, e permite ao País desenvolver-se dentro das condições atuais, num tipo de crescimento econômico, que é real, e por isso poderia enganar, — ocultando gravíssimos aspectos negativos — a quantos não o analisem na perspectiva sociológica, do ponto-de-vista das massas trabalhadoras, especialmente as camponesas, as das regiões mais atrasadas, fugindo ao feitiço e às distorções que a análise exclusivamente econômica costuma causar.

A luta social é cada vez mais severa e decidida, os desajustes se aprofundam, as forças populares montam seu poderio e se aproximam inevitavelmente

de choque decisivo, mas as classes dirigentes usufruem ainda considerável soma de poder, que lhes permite fazer frente aos perigos do momento e conjurar o “ataque do dia”. As greves são debeladas mesmo quando múltiplas e extensas. Há, por enquanto, recursos de que lançar mão para atender aos reclamos das massas, embora cada operação que resolva um dêsses problemas, abra outro mais grave, a seguir. A possibilidade de recorrer a medidas financeiras, como a emissão de papel-moeda ou o contrato de empréstimos estrangeiros, ainda se revela recurso hábil no momento, pouco importando se suas conseqüências, por efeito dialético, irão acelerar a destruição do sistema que pareciam defender. As classes dominantes têm em mãos estas possibilidades, e delas fazem uso. Mas, o que não podem controlar, e muito menos suprimir, é o paralelo incremento da consciência das massas, a qual se desenvolve sempre em sentido positivo, mesmo quando se acreditasse que deveria estacionar pelo atendimento dos reclamos que fazia. Na verdade, o recebimento das vantagens pleiteadas não amortece nem extingue o impulso interno que move a vontade dos trabalhadores. Não há pausas no seu crescimento, apenas variações de ritmo e mudança de conteúdo imediato nas suas reclamações. Por isso, a greve decorrida ou porque tivesse sido satisfeita ou porque fôsse esmagada, não corta o processo da consciência popular, não a faz estacionar no nível atingido, mas a impele para outro nível, ou seja, leva-a a descobrir novos motivos para novas greves. Mas não se trata, conforme dissemos, de novas greves em sentido apenas quantitativo; e sim de greves “novas”, quer dizer, de nova espécie, diferente, superior, não só pelos motivos mais ambiciosos a que visam como pelas formas objetivas de que se revestem, demonstran-

do mais sólida unidade de classe, mais consciência e disciplina na execução.

A conclusão a tirar desta análise, e que muito deve desencorajar o otimismo dos grupos dominantes, é a seguinte: de nada lhes adianta conseguir fazer cessar uma greve, ou um grupo delas, porque, qualquer que seja o procedimento a que recorram, — o consentimento ou a violência, — uma coisa não está no seu alcance conseguir: o estacionamento do processo de consciência, de que a greve é simultaneamente efeito e causa. Efeito, porquanto só pode deflagrar-se tal greve particular, com tais finalidades imediatas, se existe uma consciência de massa que concebe e requer certas exigências; causa, porquanto a própria realização de determinado movimento paredista produz nôvo esclarecimento das massas, e assim as impulsiona para um grau de consciência de si mais elevado, mais exigente. A conclusão geral a tirar destas últimas reflexões condensa-se num verdadeiro teorema social; nenhuma greve jamais fracassa de fato; ou vence porque alcança os objetivos, e em tal caso faz avançar o processo da consciência que a desencadeou; ou é esmagada e revela aos grevistas a extensão das fôrças que a êles se opõem, as deficiências de sua organização, como classe, e muitos outros aspectos da realidade, o que equivale a um esclarecimento que levará fatalmente a nôvo e mais perfeito movimento grevista.

Como vemos, a greve é sempre vitoriosa, não pode deixar de ocorrer periòdicamente, pois pertence à dinâmica do processo das sociedades onde campeia a exploração do trabalho, é uma das contradições motoras dêsse processo. De nada vale às classes possuidoras limitá-la por chicanas legais, esmagá-la pela brutalidade policial ou frustrá-la pela ação dos traidores, dos fura-greves, de agentes estipendiados, porque de qualquer

maneira o processo real, de que a greve representa apenas aspecto aparente momentâneo, continua e se acelera. Esta é a proposição fundamental dêste ensaio. Se a greve fôsse simples acontecimento acidental, terminaria, bem ou mal, com o desfecho que tivesse: na verdade, é a expressão de um processo profundo, de realidade objetiva mas refletido na consciência da classe operária, e assim sendo não se esgota na consideração do fato externo e do seu desenlace, porém tem de ser apreciada do ponto-de-vista dêsse processo real em totalidade.

É isto que a consciência ingênua dos sociólogos e políticos despreparados não chega a compreender. Regosija-se com o término de uma parede, como se êsse acidente significasse o término do processo que a motivou. Não percebem que a cessação do movimento paredista significa tão-somente uma pausa exterior, apenas aparente, na mobilidade da realidade, a qual no íntimo prossegue e determinará novas greves ou outras formas de protesto social, enquanto perdurarem as condições de espoliação do trabalho humano.

Estamos agora aptos a compreender porque só os “pobres” fazem greve. É porque só os “pobres”, as massas trabalhadoras, constituem o suporte profundo do processo da realidade. As classes dirigentes, os portadores do capital, superpõem-se a elas, e julgam dirigí-las, acreditando por isso serem os mantenedores da estrutura social. A verdade, porém, é que são as classes operosas, as grandes massas ocupadas no campo ou nas fábricas as únicas a se identificarem em essência com o lado positivo do processo da realidade social, por enquanto sem dúvida parasitado por uma classe que explora os representantes do verdadeiro processo. Esta situação tende a modificar-se no sentido da resolução histórica da atual contradição, em virtude da qual a

classe que efetivamente consubstancia o processo da realidade social não se acha ainda na direção dêle, e que, por ora, ainda permanece em mãos de outra classe, aquela que não se identifica, nem pode identificar-se com êle. A contradição entre capital e trabalho, relegando êste à posição de lado “pobre” da sociedade, explica porque o operário é capaz de fazer greve, sendo obrigado a fazê-la com freqüência tanto maior quanto mais se esclarece sua consciência de si, e adquire a certeza de representar o autêntico conteúdo do processo social objetivo. Enquanto o trabalho fôr pobre e enquanto o “pobre” fôr trabalhador, só êle pode fazer greve. O rico está excluído, por definição, dessa honrosa posição de luta, em vista da posição de classe que representa, que o caracteriza e o elimina do plano do trabalho. A greve é um fenômeno ligado ao processo histórico do trabalho na sociedade dividida em classes, sobretudo naquela que se acha sob a pressão imperialista. Já dissemos que não consiste em parar de trabalhar, mas em dar a forma do trabalho, que de alienado se torna autêntico.

Uma outra espécie de variação na forma do trabalho também resulta da repetição dos movimentos grevistas. Referimo-nos à melhoria técnica. A greve promove a mudança na qualidade dos instrumentos do trabalho, revela as deficiências da produção, e contribui paradoxalmente para o incremento da produtividade dentro da situação acapitalista, o que agrava sempre mais as tensões e contradições internas próprias dêste sistema. Com efeito, em face da greve e das exigências de aumento salarial que, quase sempre, são o motivo superficial dela, a classe patronal, procurando tirar proveito da emergência, da maneira anteriormente indicada, resolve melhorar as condições técnicas de trabalho, ou seja, incrementa a exploração das forças produtivas.

vas (entre as quais se conta aliás o trabalho do operário), busca novos procedimentos tecnológicos, tudo isto com o fito de tirar maior lucro da paralisação da atividade para compensar os relativos prejuízos que lhe causa. Assim sendo, a greve por êste segundo mecanismo acentua as contradições do sistema capitalista. Para sanar as desvantagens que lhe acarreta, o patrão ou o empresário vê-se obrigado a aumentar e melhorar a produção, isto é, a promover condições de trabalho superiores às existentes anteriormente, com isto dando aos operários, contra os desejos da classe dominante, mais consciência de si e de seu papel social. Verificam êstes últimos que os benefícios obtidos, sendo ilusórios, porque só lhes são atribuídos para fins de compensar as perdas causadas pela agitação e pelas exigências dos grevistas, não podem satisfazê-los, o que inevitavelmente conduz a nova greve, a seguir. No entanto, o ponto-de-vista dos patrões é diferente. Desejando, e julgando possível, acabar de vez com os movimentos paredistas, a cada greve procuram tomar providências para eliminar as causas de descontentamento, e entre as medidas que consideram úteis está o progresso das instalações ou dos procedimentos tecnológicos, a fim de obter maiores proventos com o emprêgo de melhor qualidade de mão-de-obra. Claro está que êsse intento é sempre frustrado, pois o resultado natural de qualquer medida destinada a fortalecer um sistema contraditório por essência, é a intensificação das demonstrações aparentes da contradição que o habita. Por isso o processo grevista não cessa, mas reponta em novos ataques, apesar da eventual melhoria das condições materiais do trabalho.

No curso dêste Caderno, intencionalmente nenhuma diferença introduzimos entre formas de trabalho manual e atividades intelectuais, no que se refere ao problema da greve. Com efeito, sendo o trabalho intelec-

tual assalariado, tal como o outro, sua essência é a mesma, no que respeita às circunstâncias de exploração em que é realizado. Quando o trabalhador intelectual é forçado a reivindicar melhor situação e apela para o recurso paredista, está se incluindo no processo geral do trabalho em regime capitalista, sendo movido pelas mesmas condições que levam o operário manual a paralisar sua atividade. Também estes trabalhadores precisam passar da categoria de “trabalhadores para outro” à de “trabalhadores para si”. Por isso, a greve também para eles constitui recurso natural, de que tantas vezes se utilizam.

Um caso particular merece ser considerado: o dos estudantes, que cada vez mais tomam consciência do seu papel e manifestam suas exigências por meio de greves sérias e extensas. Os estudantes não são trabalhadores em ato, mas em preparo. São jovens que se encontram na fase de acumulação de conhecimentos para efeito de aplicação futura no trabalho social útil. Embora ainda não participem do trabalho efetivo, destinam-se a êle, e é em tal condição que se identificam à grande massa de operários e se incorporam à realidade existencial destes. Não só pela origem social, provenientes, na quase totalidade, no país subdesenvolvido, da classe média, que se acha em vias de rápida proletarianização, mas igualmente pela finalidade própria da condição de estudantes, seu destino é o trabalho futuro, e por isso manifestam desde já as reações naturais da classe trabalhadora. Entre estas, a greve. Quando os estudantes reivindicam a defesa das liberdades democráticas, a participação decisiva na direção das Universidades, medidas políticas progressistas e tantas outras causas de que com galhardia e justiça se fazem paladinos, estão se comportando antecipadamente como trabalhadores, pois o empenho nas lutas sociais lhes é

impôsto pela situação de pretendentes a um trabalho que desejam mais humano e fecundo do que o atual. Eis porque os estudantes, no país semicolonial e subordinado ao imperialismo, têm de formar um grupo de vanguarda, e tendem a se associar inevitavelmente às vanguardas das outras classes, as operária-camponesa, que lutam também pela ascensão social. A greve estudantil seria inconcebível, pois seria uma insensatez, se não interpretamos a realidade do estudante como o trabalhador futuro. Com efeito, que sentido teria a recusa a estudar, a comparecer às aulas, que vantagem haveria em desviar o tempo para as agitações no âmbito das universidades, se não houvesse por trás dêste aparente prejuízo infligido a si mesmo um autêntico processo de criação de si, na situação de trabalhador futuro, em regime de plena apropriação de seu trabalho? A greve estudantil não reivindica quase nunca benefícios econômicos imediatos, mas se marca por cunho político social, pois é a da classe que mais aparelhada se acha para perceber a necessidade das transformações sociais que prepararão para ela melhores condições de existência futura.

Podemos agora concluir êste Caderno do Povo Brasileiro, respondendo à pergunta que o intitula, de acôrdo com o enunciado equivalente que dá nome ao capítulo final: "Por que sòmente os "pobres" fazem greve?" É porque sòmente os chamados "pobres" trabalham. E mais, são chamados "pobres" porque trabalham. Na sociedade dividida em classes exploradoras e exploradas, as primeiras são naturalmente as possuidoras da riqueza. Por isso, a classificação de "pobre" só pode caber às outras, as exploradas, mas exploradas em que?: no trabalho. Logo, só os trabalhadores são os "pobres" da sociedade capitalista. E são "pobres" porque não possuem capital, mas apenas a fôrça de

trabalho. Como a recusa de usar “para outro” esta força constitui a essência da greve, segue-se, como conclusão final, que somente os “pobres” fazem greve.

A condição de “pobres”, porém, é relativa e transitória. Refere-se à atual estrutura da nossa sociedade. Não é uma categoria, um conceito geral interpretativo da realidade e sim um aspecto da existência humana, de origem econômica, tal como a miséria, dependente da estrutura em vigor. Sendo esta produto de um desenvolvimento histórico que não pode ser estacionado, conclui-se que deverá ceder lugar a outra, na qual, por necessidade não haverá mais “pobres”, pois terão deixado de existir as condições objetivas que, atualmente, explicam e engendram o pauperismo das massas trabalhadoras, no campo e nas cidades. Quando esse novo dia tiver raiado em nossa Pátria, o presente livro não terá mais razão de ser, terão desaparecido os motivos que justificam a pergunta que lhe dá o título; com efeito, daí em diante não haverá mais greves, simplesmente porque não haverá mais “ricos”.

ESTA OBRA FOI EXECUTADA NAS OFICINAS DA
COMPOSITORA GRÁFICA LUX LTDA., RUA FREI
CANECA, 224 - RIO DE JANEIRO, PARA A EDI-
TÔRA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA S. A., EM
JULHO DE 1962.

CADERNOS DO POVO BRASILEIRO

Os grandes problemas de nosso País são estudados nesta série com clareza e sem qualquer sectarismo; seu objetivo principal é o de informar. *Sòmente quando bem informado é que o povo consegue emancipar-se.*

Primeiros lançamentos

- 1 — QUE SÃO AS LIGAS CAMPONESAS?
Francisco Julião
- 2 — QUEM É O POVO NO BRASIL?
Nelson Werneck Sodré
- 3 — QUEM FAZ AS LEIS NO BRASIL?
Osny Duarte Pereira
- 4 — POR QUE OS RICOS NÃO FAZEM GREVE?
Alvaro Vieira Pinto
- 5 — QUEM DARÁ O GOLPE NO BRASIL?
Wanderley Guilherme

LEIA-OS — COMENTE-OS — DIVULGUE-OS



Los documentos que integran la Biblioteca PLACTED fueron reunidos por la [Cátedra Libre Ciencia, Política y Sociedad \(CPS\). Contribuciones a un Pensamiento Latinoamericano](#), que depende de la Universidad Nacional de La Plata. Algunos ya se encontraban disponibles en la web y otros fueron adquiridos y digitalizados especialmente para ser incluidos aquí.

Mediante esta iniciativa ofrecemos al público de forma abierta y gratuita obras representativas de autores/as del **Pensamiento Latinoamericano en Ciencia, Tecnología, Desarrollo y Dependencia (PLACTED)** con la intención de que sean utilizadas tanto en la investigación histórica, como en el análisis teórico-metodológico y en los debates sobre políticas científicas y tecnológicas. Creemos fundamental la recuperación no solo de la dimensión conceptual de estos/as autores/as, sino también su posicionamiento ético-político y su compromiso con proyectos que hicieran posible utilizar las capacidades CyT en la resolución de las necesidades y problemas de nuestros países.

PLACTED abarca la obra de autores/as que abordaron las relaciones entre ciencia, tecnología, desarrollo y dependencia en América Latina entre las décadas de 1960 y 1980. La Biblioteca PLACTED por lo tanto busca particularmente poner a disposición la bibliografía de este período fundacional para los estudios sobre CyT en nuestra región, y también recoge la obra posterior de algunos de los exponentes más destacados del PLACTED, así como investigaciones contemporáneas sobre esta corriente de ideas, sobre alguno/a de sus integrantes o que utilizan explícitamente instrumentos analíticos elaborados por estos.

Derechos y permisos

En la Cátedra CPS creemos fervientemente en la necesidad de liberar la comunicación científica de las barreras que se le han impuesto en las últimas décadas producto del avance de diferentes formas de privatización del conocimiento.

Frente a la imposibilidad de consultar personalmente a cada uno/a de los/as autores/as, sus herederos/as o los/as editores/as de las obras aquí compartidas, pero con el convencimiento de que esta iniciativa abierta y sin fines de lucro sería del agrado de los/as pensadores/as del PLACTED, ***requerimos hacer un uso justo y respetuoso de las obras, reconociendo y citando adecuadamente los textos cada vez que se utilicen, así como no realizar obras derivadas a partir de ellos y evitar su comercialización.***

A fin de ampliar su alcance y difusión, la Biblioteca PLACTED se suma en 2021 al repositorio ESOCITE, con quien compartimos el objetivo de "recopilar y garantizar el acceso abierto a la producción académica iberoamericana en el campo de los estudios sociales de la ciencia y la tecnología".

Ante cualquier consulta en relación con los textos aportados, por favor contactar a la cátedra CPS por mail: catedra.cienciaypolitica@presi.unlp.edu.ar